

MANUAL
**DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
E DA CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE**



Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Lisboa, 15 de Dezembro de 2005

ÍNDICE

CONTACTOS ÚTEIS

LISTA DE SIGLAS

SUGESTÕES DE CONSULTA

INTRODUÇÃO

MANUAL (CORPO DE TEXTO)

I. CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Duração de Trabalho

- 1.1. Organização do horário semanal
- 1.2. Redução da componente lectiva
- 1.3. Dispensa da componente lectiva
- 1.4. Regimes especiais de duração de trabalho para assistência a filho menor de 12 anos ou filho deficiente

2. Férias

3. Faltas

- 3.1. Faltas a tempos
- 3.2. Faltas a exames e a reuniões
- 3.3. Falta a dois tempos
- 3.4. Faltas por conta do período de férias
- 3.5. Faltas por casamento
- 3.6. Faltas por falecimento de familiar
- 3.7. Faltas por evicção escolar
- 3.8. Faltas por doença
- 3.9. Faltas por doença prolongada
- 3.10. Faltas por acidente em serviço ou doença profissional
- 3.11. Faltas por doença ocorrida no estrangeiro
- 3.12. Faltas para tratamento ambulatorio, consultas médicas, exames diagnóstico
- 3.13. Faltas para assistência a menores de 10 anos
- 3.14. Faltas para assistência a membros do agregado familiar
- 3.15. Faltas para assistência a netos
- 3.16. Faltas ao abrigo do Estatuto do Trabalhador-Estudante
- 3.17. Faltas para doação de sangue
- 3.18. Faltas por socorrismo
- 3.19. Faltas para cumprimento de obrigações
- 3.20. Situação de prisão
- 3.21. Faltas para prestação de provas de concurso
- 3.22. Faltas para exercício de actividade sindical
- 3.23. Faltas com perda de vencimento
- 3.24. Faltas por motivos não imputáveis ao docente
- 3.25. Faltas injustificadas

4. Licenças

- 4.1. Licenças sem vencimento
 - 4.1.1. Licença sem vencimento por um ano
 - 4.1.2. Licença sem vencimento de longa duração
 - 4.1.3. Licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro

- 4.1.4. Licença para o exercício de funções em organismo internacional com carácter precário ou experimental
- 4.1.5. Licença para o exercício de funções em organismo internacional como funcionário ou agente
- 4.1.6. Licença especial para exercício de funções transitórias em Macau
- 4.1.7. Situações excepcionais
- 4.2. Protecção da maternidade e da paternidade
 - 4.2.1. Licença por maternidade
 - 4.2.2. Licença por paternidade
 - 4.2.3. Licença por adopção
 - 4.2.4. Dispensas para consultas pré-natais
 - 4.2.5. Dispensas para amamentação ou aleitação
 - 4.2.6. Licenças parental e especial para assistência a filho ou adoptado
 - 4.2.7. Licença para assistência a filho, adoptado ou filho de cônjuge que seja portador de deficiência ou doença crónica
- 4.3. Licença Sabática

5. Dispensas

- 5.1. Dispensa da componente lectiva (consultar 1.3.)
- 5.2. Dispensas para consultas pré-natais (consultar 4.2.4.)
- 5.3. Dispensas para amamentação ou aleitação (consultar 4.2.5.)
- 5.4. Dispensa de serviço para actividade sindical
- 5.5. Dispensas para formação
- 5.6. Equiparação a bolseiro

6. Tempo de serviço relevante para a carreira docente

- 6.1. Tempo de serviço prestado, em regime de voluntariado, por professores/formadores recrutados por Organizações Não Governamentais (ONG), ou outras entidades privadas de utilidade pública apoiadas pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)
- 6.2. Tempo de serviço docente ou equivalente, prestado nos Estados-membros da União Europeia (UE) ou nos Estados parte do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (AEEE)
- 6.3. Tempo de serviço prestado na categoria de Auxiliares de Educação
- 6.4. Tempo de frequência de estágio pedagógico das licenciaturas do ramo de formação educacional ou de ensino para o 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário
- 6.5. Tempo de serviço prestado em regime de horário incompleto
- 6.6. Tempo de serviço que medeia entre dois contratos administrativos de serviço docente (bonificação interanos)
- 6.7. Tempo de serviço exercido nas ex-províncias ultramarinas
- 6.8. Tempo de serviço prestado no ensino particular e cooperativo, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário
- 6.9. Tempo de serviço docente prestado no ensino português no estrangeiro
- 6.10. Tempo de serviço docente prestado no ensino superior (público/privado)
- 6.11. Tempo de serviço prestado como formador no âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- 6.12. Tempo de serviço prestado como formador em acções [S@BER+](#)
- 6.13. Tempo de serviço prestado como formador de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
- 6.14. Tempo de serviço prestado como formador em Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC)
- 6.15. Tempo de serviço prestado em Macau, em regime de licença especial
- 6.16. Tempo de serviço militar obrigatório
- 6.17. Situações especiais equiparadas a serviço docente, para efeitos da carreira docente
- 6.18. Situações em que o tempo de serviço não releva para efeitos da carreira docente

II. MOBILIDADE

7. Mobilidade de docentes

III. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA DOCENTE

8. Carreira Docente - Estatuto Remuneratório

9. Reposicionamento na Carreira Docente

- 9.1 Aquisição de licenciatura – art. 55.º do ECD
- 9.2 Aquisição de licenciatura qualificante para o exercício de outras funções educativas – art. 56.º do ECD

10. Bonificação de tempo de serviço na carreira docente

- 10.1. Aquisição do grau de mestre ou doutor – art. 54.º do ECD
- 10.2. Qualificação para o exercício de outras funções educativas – art. 57.º do ECD

IV. ACESSO À DOCÊNCIA DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA E DO BRASIL

11. Reconhecimento de qualificação profissional para a docência

- 11.1. Directiva n.º 89/48/CEE
- 11.2. Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil

ANEXOS

- Requerimento para reposicionamento na carreira, ao abrigo do art. 56.º do ECD.
- Requerimento para bonificação no tempo de serviço, ao abrigo do art. 57.º do ECD.
- Requerimento para o reconhecimento de qualificação profissional para a docência (cidadãos da EU/Brasil).
- Lista de documentos para instrução do processo de candidatura à profissão de educador de infância, ou de professor dos ensinos básico ou secundário (Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil).
- Lista de documentos para instrução do processo de candidatura à profissão de educador de infância, ou de professor dos ensinos básico ou secundário (Despacho Normativo n.º 48/97, de 19/08).

CONTACTOS ÚTEIS

Para esclarecimento de quaisquer dúvidas que surjam no decorrer da utilização deste manual, tem ao seu dispor os seguintes contactos:

Centro de Atendimento Telefónico – CAT – 213 476 087 disponível entre as 10h e as 16:30h (dias úteis), prestando também esclarecimentos via E-mail.

Loja DGRHE – Centro de Atendimento Presencial na Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação - Av. 24 Julho, n.º 142, 1º andar, 1399-024 Lisboa, disponível das 10:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:00h (dias úteis).

E-mail – gestaopd@dgrhe.min-edu.pt

LISTA DE SIGLAS

ADSE	- Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AEEE	- Acordo sobre o Espaço Económico Europeu
CCPFC	- Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua
CGA	- Caixa Geral de Aposentações
CPA	- Código do Procedimento Administrativo
CRVCC	- Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
CT	- Código do Trabalho
DGRHE	- Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação
DR	- Diário da República
DRE	Direcção Regional de Educação
ECD	- Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs. 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro e 121/2005, de 26 de Julho)
EFA	- Educação e Formação de Adultos
IEFP	- Instituto de Emprego e Formação Profissional
IPAD	- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
LBSE	- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, republicada pelo anexo à Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto)
ONG	- Organização não Governamental
QE	- Quadro de Escola
QZP	- Quadro de Zona Pedagógica
RCLS	- Regulamento de Concessão de Licença Sabática
REB	- Regulamento de Equiparação a Bolseiro
UE	- União Europeia

SUGESTÕES DE CONSULTA

1. O Manual é composto por elementos pré-textuais: Índice, Contactos Úteis, Lista de Siglas e por elementos textuais: Introdução (justificação e objectivos visados) e texto (áreas/temas, capítulos e sub-capítulos).
2. A organização do Manual teve como referência a estrutura, em capítulos e secções, do Estatuto da Carreira Docente.
3. O Manual está estruturado em quatro áreas, sendo cada área composta por capítulos e sub-capítulos, todos relacionados com a área principal:

I. Condições de Trabalho

- Duração de trabalho
- Férias
- Faltas
- Licenças
- Dispensas
- Tempo de serviço relevante para a carreira docente

II- Mobilidade

- Mobilidade de docentes

III- Desenvolvimento da Carreira Docente

- Carreira docente/estatuto remuneratório
- Reposicionamento na carreira docente
- Bonificação de tempo de serviço na carreira docente

IV- Acesso à Docência de Cidadãos da União Europeia e do Brasil

- Directiva n.º 89/48/CEE
- Tratado Amizade (Portugal/Brasil)

4. Os capítulos estão estruturados em textos, redigidos em formato de texto corrido ou de argumentário, e, em alguns casos, ilustrados com tabelas.
5. A legislação aplicável encontra-se identificada na coluna da direita. Todos os diplomas legais referem a data da respectiva publicação em Diário da República.
6. Os capítulos comportam, para além da informação constante dos textos, campos que fornecem informações adicionais como, por exemplo: datas, referências cruzadas (existindo matérias cujo desenvolvimento é feito noutro capítulo) e notas de rodapé que se encontram discriminadas no final do documento.

INTRODUÇÃO

Os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário constituem um corpo especial da Administração Pública e integram uma carreira única, desenvolvendo a sua actividade em subordinação ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD), de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa e no quadro dos princípios constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).

As condições de trabalho e a carreira do pessoal docente estão reguladas por normativos legais específicos, sendo, no âmbito de algumas matérias, aplicável a legislação geral em vigor para a função pública.

Este Manual sistematiza as normas e os procedimentos considerados essenciais para aplicação dos diplomas legais em vigor sobre as condições de trabalho e a carreira do pessoal docente, com interesse para os educadores de infância e professores do ensino não superior público, para as escolas e para os serviços que intervêm no âmbito da gestão do sistema educativo.

São objectivos do Manual:

- disponibilizar a informação sistematizada, com transparência, simplicidade e rigor;
- garantir a uniformidade da aplicação da lei a fim de promover a equidade e justiça e qualidade no sistema educativo;
- constituir um instrumento de suporte à gestão.

O Manual será objecto de actualização sempre que se verificarem alterações aos normativos enquadramentos das matérias nele constantes, sem prejuízo de poder vir a integrar outros temas no âmbito das condições de trabalho e da carreira do pessoal docente.

Da sistematização dos normativos legais e entendimento sobre cada um dos temas constante do presente Manual não haverá lugar a reclamação ou recurso, prevalecendo o que for estabelecido pelos respectivos diplomas legais.

I CONDIÇÕES DE TRABALHO**1. DURAÇÃO DE TRABALHO****1.1. ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO SEMANAL**

Os docentes estão obrigados à prestação de 35 horas semanais, desenvolvidas em cinco dias, integrando uma componente lectiva e uma componente não lectiva.

Os docentes sem horário lectivo atribuído estão igualmente sujeitos à prestação de 35 horas semanais de serviço, totalmente marcadas nos respectivos horários semanais de trabalho.

Componente lectiva		Componente não lectiva	
Pré-escolar	25 horas	Pré-escolar	10 horas
1º Ciclo	25 horas	1º Ciclo	10 horas
2º e 3º Ciclos	22 horas	2º e 3º Ciclos	13 horas
Secundário	20 horas	Secundário	15 horas
Ensino Especial	20 horas	Ensino Especial	15 horas

As unidades lectivas são de 90 minutos com possibilidade de desdobramento em unidades lectivas parciais de 45 minutos. A componente lectiva dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário organiza-se da forma seguinte:

Componente lectiva Art.s 77.º e 79.º ECD	Tempos lectivos	Tempos para outras actividades
22h	11	1
20h	10	1
18h	9	1
16 h	8	0,5
14 h	7	0,5
12 h	6	0,5

A componente não lectiva abrange a realização de trabalho a nível individual e a nível do estabelecimento de educação ou de ensino.

Compete aos órgãos de gestão e administração das escolas e agrupamento de escolas estabelecer o número de horas a atribuir à componente não lectiva, em qualquer das suas modalidades.

No horário de trabalho semanal é registada a totalidade das horas, com excepção da componente não lectiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais.

Serviço docente nocturno

É considerado serviço docente nocturno as horas da componente lectiva que forem prestadas para além das 19 horas.

LEGISLAÇÃO

ECD
art. 76.º

art. 77.º

Desp. 13781/2001,
3.Jul.
n.º 1
Desp. 17387/2005,
12.Ago.

ECD
art. 82.º

Desp. 17387/2005
art. 2.º

ECD
art. 84.º

- As horas prestadas são bonificadas com o factor 1,5, só até ao limite da componente lectiva a que o docente se encontra obrigado.
- As horas prestadas para além daquele limite não são bonificadas com o factor 1,5.
- As reduções da componente lectiva reportam-se sempre a horas diurnas.

Serviço docente extraordinário

É considerado serviço docente extraordinário o que for prestado além do número de horas de componente lectiva a que o docente está obrigado.

- Não pode exceder 5 horas por semana.
- Encontra-se vedado aos docentes que beneficiam de redução da componente lectiva.
- Não deve ser atribuído em qualquer outra situação de redução de componente lectiva.
- As horas extraordinárias nocturnas remuneram-se como as extraordinárias diurnas e faz-se incidir sobre elas o coeficiente 1,25.

1.2. REDUÇÃO DA COMPONENTE LECTIVA

Os professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário beneficiam de redução sucessiva de 2 horas, de cinco em cinco anos, até ao máximo de 8 horas, só produzindo efeitos no início do ano escolar seguinte ao da verificação dos requisitos exigidos, nos termos do quadro seguinte:

		COMPONENTE LECTIVA				
Anos		Redução	2.º e 3.º Ciclos		Secundário	
Idade	Serviço		Diurno	Nocturno	Diurno	Nocturno
<40	<10		22	15	20	14
40 a 44	10 a 14	2	20	14	18	12
45 a 49	15 a 19	2	18	12	16	11
50 a 54	20	2	16	11	14	10
≥55	≥21	2	14	10	12	8
	≥27	máxima	14	10	12	8

As horas de redução da componente lectiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, determinam o acréscimo correspondente da componente não lectiva a ser prestada a nível do estabelecimento de educação ou de ensino, pelo que mantém a obrigatoriedade da prestação de trinta e cinco horas de serviço semanal.

LEGISLAÇÃO

ECD
art. 83.º
Desp. 17387/2005
12.Ago.

ECD
art. 79.º
Desp. 17387/2005
12.Ago.

ECD
art. 82.º n.º 3
Desp. 17387/2005
art. 3.º, n.º 3

Exercício de cargos em órgãos de gestão**Presidente de Assembleia**

Tem direito a 2 horas de redução da componente lectiva.

Os educadores de infância e os professores do 1º ciclo do ensino básico exercem o cargo em regime de acumulação de funções públicas.

Presidente do Conselho Executivo ou Director

Exercício em regime de exclusividade, com redução total da componente lectiva, podendo solicitar autorização ao Director Regional de Educação para leccionar uma turma.

Vice-Presidentes ou Adjuntos

O número de horas de redução depende do número de alunos que frequentam a escola.

Número de alunos	Horas de redução
até 300	até 12 horas
de 301 a 500	até 18 horas
de 501 a 1000	até 24 horas
de 1001 a 1500	até 28 horas
de 1501 a 2000	até 30 horas
mais de 2000	até 36 horas

Se os Vice-Presidentes/Adjuntos forem docentes da educação pré-escolar ou do 1º ciclo do ensino básico cumprem a componente lectiva, após a redução, em actividades de apoio educativo e de complemento curricular.

Assessores Técnico-Pedagógicos

Diurnos – até ao máximo de dois

Número de alunos	Horas de redução
de 501 a 1000	8 horas
de 1001 a 2000	14 horas
mais de 2000	20 horas

Nocturnos – um único

Número de alunos	Horas de redução
de 100 a 250	6 horas
de 251 a 500	10 horas
mais de 500	14 horas

Se os assessores forem docentes da educação pré-escolar ou do 1º ciclo do ensino básico, após a redução atribuída, cumprem o remanescente da componente lectiva em actividades de apoio educativo e de complemento curricular.

LEGISLAÇÃO

ECD
art. 80.º
Desp. 17203/99,
2.Set.

D.L. 355-A/98,
13.Nov.

art. 3.º, n.º 4

Desp. 13555/98,
5.Ago.

Outras situações de redução da componente lectiva

Exercício de cargos de natureza pedagógica.

Coordenação de ano, ciclo ou curso – o número de horas de redução da componente lectiva é definido pelo regulamento interno.

Director de turma do ensino diurno.

Delegado à profissionalização/orientador da escola.

Responsável por grupo/equipa do Desporto Escolar.

Profissionalizando em serviço

1.3. DISPENSA DA COMPONENTE LECTIVA

Modalidade de dispensa do exercício da actividade lectiva, total ou parcial, concedida aos docentes¹ providos definitivamente em lugares do quadro, com fundamento na incapacidade física ou psíquica para o exercício de funções docentes por decisão da junta médica da Direcção Regional de Educação.

Condições em que é admitida

Após verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- o docente ser portador de doença que afecte directamente o exercício da função docente;
- a doença resultar do exercício da função docente ou ser por esta agravada;
- ser possível ao docente o desempenho de tarefas compatíveis em estabelecimento de ensino;
- ser possível a recuperação para o cumprimento integral de funções docentes no prazo máximo de dezoito meses.

A apresentação a junta médica pode ter lugar por iniciativa do docente² ou por decisão do órgão de gestão da escola.

Documentos necessários à instrução do processo

O processo é submetido à apreciação da junta médica contendo os seguintes elementos:

- registo biográfico;
- boletim de faltas;
- documentação clínica constante do processo individual;
- parecer do órgão de gestão da escola;
- requerimento do docente, caso o pedido seja da sua iniciativa.

LEGISLAÇÃO

ECD
art. 80.º, n.º 2
D.L. 121/2005,
26.Jul.
Dec.Reg. 10/99,
21.Jul.

Desp. 17387/2005
12.Ago.
Port. 1097/2005,
21.Out.

D.L. 287/88, 19.Ago

ECD
art. 81.º, com a
redacção dada pelo
D.L. 121/2005,
26.Jul.

Port. 296/99,
28.Abr., alterada
pela Port. 313-
A/2001, 30.Mar.
n.º 2

n.º 7

n.º 14

Efeitos da dispensa

Obrigatoriedade do cumprimento de um horário de 35 horas de trabalho ao nível do estabelecimento de educação ou de ensino. Este horário pode ser reduzido até ao limite de 20 horas semanais, por decisão fundamentada do órgão de gestão da escola.

Obrigatoriedade de apresentação à junta médica de seis em seis meses.

Decorrido o prazo de 18 meses, seguidos ou interpolados, na situação de dispensa o docente ou é considerado capaz para o exercício de funções docentes ou é submetido a um processo de reclassificação ou reconversão profissional.

O total de horas que correspondem à dispensa parcial da componente lectiva considera-se como componente não lectiva para prestação de trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino.

A dispensa parcial da componente lectiva faz-se por horas semanais e com referência à componente lectiva a que o docente estaria obrigado nos termos do art. 77.º do ECD.

1.4. REGIMES ESPECIAIS DE DURAÇÃO DE TRABALHO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO MENOR DE 12 ANOS OU FILHO DEFICIENTE

Consultar 4.2. Protecção da maternidade e paternidade

TRABALHO A TEMPO PARCIAL/FLEXIBILIDADE DE HORÁRIO

Para assistência a filho, adoptado ou adoptando, menor de 12 anos o pai ou a mãe trabalhador tem direito a trabalhar a tempo parcial ou com flexibilidade de horário, nos termos previstos para a função pública em geral.

No caso do filho ser portador de deficiência, o direito pode ser exercido independentemente da idade deste.

O regime de trabalho a tempo parcial não é aplicável aos educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico, por exercerem funções em regime de monodocência.

O regime de trabalho a tempo parcial e os horários específicos, com a necessária flexibilidade e sem prejuízo do cumprimento da duração semanal do horário de trabalho a que se refere o artigo 45.º do Código do Trabalho, são aplicados a requerimento dos interessados, mediante acordo entre o dirigente e o trabalhador, com observância do previsto na lei geral em matéria de duração e modalidade de horário para os funcionários e agentes da Administração Pública.

Quando não seja possível fixar horários de trabalho ajustados ao acompanhamento do filho, o trabalhador é dispensado, por uma só vez, ou interpoladamente, em cada semana, em termos idênticos ao previsto na lei para a frequência de aulas no regime do trabalhador-estudante.

LEGISLAÇÃO

Port. 296/99,
28.Abr., alterada
pela Port. 313-
A/2001, 30.Mar.
n.º 17
ECD
art. 81.º, n.º 4 a 6,
com a redacção
dada pelo D.L.
121/2005, 26.Jul.

ECD
art. 85.º

Código do Trabalho
(anexo à
Lei 99/2003,
27.Ago.)
art. 45.º
Lei 35/2004, 29.Jul.
art. 111.º
D.L. 259/88,
18.Ago. art. 11.º

Lei 35/2004
art. 111.º, n.º 2

n.º 4

REDUÇÃO DE HORÁRIO

A mãe ou o pai têm direito a redução de cinco horas do período normal de trabalho semanal, para assistência filho, ou adoptado, até 1 ano de idade com deficiência ou doença crónica.

O trabalhador deve comunicar ao órgão de gestão da escola que pretende reduzir o período normal de trabalho, com a antecedência de 10 dias e apresentar atestado médico comprovativo da deficiência ou da doença crónica e declarar que o outro progenitor tem actividade profissional, ou se está impedido ou inibido totalmente de exercer o poder paternal e que não exerce, ao mesmo tempo, esse direito.

O órgão de gestão da escola deve adequar a redução do período normal de trabalho tendo em conta a preferência do trabalhador, salvo se outra solução for imposta por exigências imperiosas do funcionamento do serviço.

2. FÉRIAS DO PESSOAL DOCENTE

O direito a férias deve efectivar-se de modo a possibilitar a recuperação física e psíquica dos funcionários e agentes e assegurar-lhes condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural.

A quantos dias de férias é que os docentes têm direito?

Depende da idade e do tempo de serviço:

- Idade:**

25 dias úteis até completar 39 anos de idade
26 » » » » 49 » » »
27 » » » » 59 » » »
28 » » a partir dos 59 » » »

- Tempo de serviço:**

Mais um dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efectivamente prestado.

O período de férias relevante em cada ano para efeitos do abono do subsídio de férias não pode exceder 22 dias úteis.

Os professores contratados com menos de um ano de docência gozam até ao limite de 22 dias úteis de férias, sendo respeitada a proporcionalidade do número de meses completos de trabalho

Aos professores contratados com um ano de serviço até 31 de Agosto, aplica-se a lei geral em vigor.

Como deverão ser gozadas as férias : seguida ou interpoladamente?

As férias podem ser gozadas num único período ou em dois períodos interpolados, um dos quais com a duração mínima de oito dias consecutivos.

LEGISLAÇÃO

Código do Trabalho
(anexo à
Lei 99/2003,
27.Ago.)
art. 37.º

Lei 35/2004,
29.Jul.
art. 70.º

ECD
art. 86.º

D.L. 100/99,
31.Mar.

art. 2.º, na redacção
dada pelo D.L.
157/2001, 11.Mai.,
art. 1.º, n.º 1

art. 4.º, n.º 4, na
redacção dada pelo
D.L. 157/2001,
11.Mai. art. 1.º, n.º 2
ECD
art. 87.º, n.º 2

art. 88.º, n.º 2

	LEGISLAÇÃO
Em que período podem os docentes gozar as férias? Entre o termo de um ano lectivo e o início do ano lectivo seguinte, tendo em consideração os interesses do docente e a conveniência da escola. Não havendo acordo, as férias serão marcadas pelo órgão de gestão da escola.	ECD art. 88.º, n.ºs 1 e 3
Poderão não ser gozados todos os dias de férias a que se tem direito? Pode haver acumulação de férias? As férias respeitantes a determinado ano podem, por conveniência de serviço ou por interesse do docente, ser gozadas no ano civil imediato, em acumulação com as vencidas neste, desde que fiquem salvaguardados os interesses do estabelecimento de educação ou de ensino e mediante acordo do respectivo órgão de administração e gestão.	art. 89.º
A acumulação de férias pode ultrapassar 30 dias? O limite de 30 dias, previsto no art. 89.º do ECD, apenas poderá ser ultrapassado quando se trate de força maior, conveniência inultrapassável de serviço ou outros casos da mesma natureza, dado o carácter imprescritível do direito a férias, pelo que deverá ser encontrada, caso a caso, a solução que melhor acautele os interesses em presença.	
Em que casos pode haver interrupção de férias? O pessoal docente não deve ser convocado para a realização de quaisquer tarefas no período de férias. É aplicável ao pessoal docente a lei geral relativamente à impossibilidade de gozo de férias por motivo de: <ul style="list-style-type: none">• doença;• suspensão de funções em virtude de cumprimento de serviço militar;• comissão de serviço e requisição por entidades sujeitas a regime diferente do da função pública;• cessação definitiva de funções.	art. 90.º D.L. 100/99, 31.Mar. art.s. 12.º a 16.º
Depois de elaborado o mapa de férias, pode haver alterações? Após 30 de Abril, só por acordo entre o órgão de gestão da escola e os interessados se pode alterar o mapa de férias. As faltas injustificadas descontam nas férias? As faltas injustificadas descontam nas férias.	art. 6.º art. 13.º, n.º 2 art. 71.º, n.º 2
<i>Consultar : 3.25. Faltas injustificadas.</i>	

3. FALTAS

Aplica-se a legislação em vigor na função pública com as adaptações constantes do ECD.

Falta é a ausência do docente durante a totalidade ou parte do período diário de presença obrigatória no estabelecimento de educação ou de ensino ou em local a que se deva deslocar em exercício de funções.

As faltas são sempre referenciadas a anos escolares.

3.1. FALTAS A TEMPOS

É considerado um dia de falta a ausência a um número de horas igual ao quociente da divisão por cinco do número de horas de serviço semanal ou equiparado distribuído ao docente.

Exemplo:

Em horário de 28 ou 26 horas semanais a ausência a 6 e 5 tempos, respectivamente, perfazem um dia de falta; em horário de 22 ou 20 horas, a ausência a 4 tempos perfaz um dia de falta; e, num horário de 14 ou 12 horas a ausência para perfazer um dia de falta será de 3 e 2 tempos, respectivamente.

As faltas a tempos lectivos são referenciadas a períodos de 45 minutos.

A falta a um segmento de 90 minutos determina falta a 2 tempos.

A ausência à totalidade ou a parte do tempo útil de uma aula de noventa minutos de duração é, em qualquer dos casos, obrigatoriamente registada como falta a dois tempos lectivos.

No final do ano escolar deve proceder-se à conversão da ou das faltas a tempos que, ainda, não tenham perfeito um dia de falta, sendo esta conversão equivalente a um dia.

3.2. FALTAS A EXAMES E A REUNIÕES

É considerada falta a um dia:

- ausência a serviço de exames;
- ausência a reuniões de avaliação de alunos.

As faltas a serviço de exames, bem como a reuniões de avaliação de alunos, apenas podem ser justificadas por: casamento; maternidade; nascimento; falecimento de familiar; doença; doença prolongada; acidente em serviço; isolamento profilático e cumprimento de obrigações legais.

3.3. FALTA A DOIS TEMPOS

Considera-se falta a dois tempos, a ausência a outras reuniões de natureza pedagógica (todas as reuniões que acontecem na escola têm carácter pedagógico).

LEGISLAÇÃO

ECD
art. 86.º

D.L.100/99, 31
Mar.; Lei 117/99,
11.Ago.; Código do
Trabalho (anexo à
Lei 99/2003,
27.Ago.); Lei
35/2004, 29. Jul.

ECD
art. 94.º, n.º 2

Desp. 17387/2005,
12.Ago.
art. 2.º

ECD
art. 94.º, n.º 3

ECD
art. 95.º

	LEGISLAÇÃO
<p>3.4.FALTAS POR CONTA DO PERÍODO DE FÉRIAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Até 12 dias por ano. <p>Os docentes devem requerer ao órgão de gestão da escola, por escrito e com 5 dias de antecedência se pretenderem o gozo de:</p> <ul style="list-style-type: none">• mais de 2 dias num mês ou dias seguidos;• dias intercalados entre feriados ou feriado e fim de semana;• antes ou depois de feriados coincidentes com 6ª ou 2ª feira. <p>No caso de falta a um dia, deve ser informado por escrito, na véspera ou, oralmente, no próprio dia.</p> <p>As faltas a tempos por conta do período de férias são computadas nos termos do art. 94.º do ECD, até ao limite de 4 dias, a partir do qual são consideradas faltas a um dia.</p> <p>Os docentes pertencentes aos quadros descontam as faltas por conta do período de férias nas férias do próprio ano ou do ano seguinte.</p> <p>Os docentes contratados descontam estas faltas nas férias do próprio ano.</p>	<p>ECD art. 102.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 67.º</p> <p>ECD art. 102.º, n.º 4</p> <p>n.º 5</p> <p>n.º 6</p>
<p>3.5. FALTAS POR CASAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">• 11 dias úteis seguidos.• Equiparadas a serviço efectivo.• Implicam a perda do subsídio de refeição. <p>Comunicação ao órgão de gestão da escola feita com, pelo menos, 15 dias de antecedência relativamente à data em que pretende iniciar o período de faltas.</p> <p>3.6. FALTAS POR FALECIMENTO DE FAMILIAR</p> <p>Até cinco dias consecutivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• cônjuge ou união de facto, filhos, adoptados, enteados, genro, nora, pais, sogros e padrastos. <p>Até dois dias consecutivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• parente ou afim em qualquer outro grau da linha recta e no 2º e 3º graus da linha colateral³;• consideradas serviço efectivo;• implicam a perda do subsídio de refeição. <p>Por opção do interessado, estas faltas têm início no dia do falecimento, no do seu conhecimento ou no da realização da cerimónia fúnebre e são utilizadas num único período.</p>	<p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 22.º</p> <p>D. L. 100/99, 31.Mar. art. 27.º</p>

3.7. FALTAS POR EVICÇÃO ESCOLAR

Em caso de doença infecto-contagiosa⁴ há lugar ao afastamento temporário de:

- discentes;
- pessoal docente / pessoal não docente.
- Não são consideradas para quaisquer efeitos.
- Justificadas por autoridade sanitária – prazo de oito dias úteis.

3.8. FALTAS POR DOENÇA

O funcionário ou agente pode faltar ao serviço por motivo de doença devidamente comprovada:

- os primeiros 30 dias de ausência seguidos ou interpolados, salvo em internamento hospitalar, determinam perda do vencimento de exercício;
- mais de 30 dias descontam na antiguidade para efeitos de carreira;
- as faltas dadas por deficientes, decorrentes da própria deficiência, não descontam na antiguidade para efeitos de carreira;
- implicam sempre a perda do subsídio de refeição.

Justificação da doença

- No 1º dia de ausência, deve informar a escola e indicar o local onde se encontra.
- Entregar atestado médico ou declaração de doença⁵, no prazo de 5 dias úteis, contados nos termos do art. 72.º do CPA.
- Cada atestado ou declaração de doença é válido pelo período que o médico indicar como duração previsível da doença, o qual não pode exceder 30 dias.

Verificação domiciliária da doença

O gestor da escola pode, se assim o entender, solicitar a verificação domiciliária da doença, salvo nos casos de internamento hospitalar e de doença ocorrida no estrangeiro.

A verificação é feita pela Junta Médica da respectiva DRE.

Quando a doença não implicar permanência no domicílio, ou o local que tiver sido indicado pelo docente, devem ser indicados 3 dias da semana e 2 períodos diários de 2,30h, entre as 9 e as 19 horas, para verificação da doença.

Se o docente não for encontrado no local indicado, todas as faltas são injustificadas. Terá de apresentar no prazo de 2 dias úteis, a contar do conhecimento do facto, meio de prova adequada a justificar a ausência.

Se o médico que procede à visita domiciliária considerar que a doença está ultrapassada, serão consideradas injustificadas todas as faltas dadas desde o dia seguinte da comunicação do resultado (com a dilação de 3 dias) e até ao momento em que efectivamente retome funções.

LEGISLAÇÃO

D.L.89/77, 8.Mar.
D.L. 229/94, 13.Set.
Dec.Reg. 3/95,
27.Jan.

D.L. 100/99,
31.Mar.
art. 29.º

art.º. 30.º

art.º. 33.º

Intervenção da Junta Médica <ul style="list-style-type: none">• Ao 55º dia de doença a escola deve enviar à DRE a convocatória de junta médica e informar o docente deste procedimento. O docente pode apresentar-se ao serviço antes de ser presente à junta médica.• Quando haja indício de comportamento fraudulento em faltas por doença, devendo o gestor da escola fundamentar o pedido de intervenção da junta. O docente não pode apresentar-se ao serviço antes de ser presente à junta médica.• Se considerado apto para o serviço, as faltas dadas no período que mediar entre os 60 dias e o parecer da junta médica, são justificadas por doença.• A manter-se a situação de doença a junta médica pode justificar as faltas por períodos sucessivos de 30 dias até ao limite de 18 meses. <p>No caso de se tratar de docente contratado, o contrato é denunciado na data de termo que nele constar.</p> 3.9. FALTAS POR DOENÇA PROLONGADA <p>São consideradas as faltas ao abrigo da Assistência a Funcionários Civis Tuberculosos – AFCT, bem como as faltas por doenças incapacitantes constantes do Desp.Conj. A-179/89-XI, de 12-09-89⁶.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conferem o direito à prorrogação por mais 18 meses, até ao limite de 36 meses.• Não descontam para efeitos de antiguidade, promoção e progressão. 3.10. FALTAS POR ACIDENTE EM SERVIÇO OU DOENÇA PROFISSIONAL <ul style="list-style-type: none">• Não descontam na antiguidade.• Não determinam perda do vencimento de exercício.• Não determinam perda do subsídio de refeição. 3.11. FALTAS POR DOENÇA OCORRIDA NO ESTRANGEIRO <ul style="list-style-type: none">• Comunicação ao órgão de gestão da escola no prazo de 7 dias úteis contados nos termos do artigo 72.º do CPA.• O documento comprovativo da doença tem de ser visado pela Embaixada ou Consulado Portugueses sediados no País onde ocorra a situação de doença. É enviado à escola no prazo de 20 dias úteis, contados nos termos do artigo 72.º do CPA, relevando a data de registo do correio.• A falta de comunicação da doença e da entrega dos documentos comprovativos implica a injustificação das faltas.	LEGISLAÇÃO <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 36.º</p> <p>art. 38.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 49.º D.L. 48359, 27.Abr.1968</p> <p>D.L. 503/99, 20.Nov.</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 32.º</p>
--	--

<p>3.12. FALTAS PARA TRATAMENTO AMBULATORIO, CONSULTAS MÉDICAS, EXAMES DIAGNÓSTICO</p> <p>O tratamento ambulatorio, as consultas médicas e os exames de diagnóstico, devem, sempre que possível, ser realizados fora do horário de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ausência ao serviço pode verificar-se durante o tempo necessário para o efeito. • As horas utilizadas são somadas e convertidas em dias completos de faltas. • São consideradas como serviço efectivo. <p>As horas utilizadas para acompanhar cônjuge ou equiparado, ascendentes, descendentes, adoptados, adoptados e enteados, menores ou deficientes, são somadas e convertidas em dias completos de faltas e produzem os efeitos das faltas dadas para assistência a familiares, isto é, não são remuneradas, excepto se se tratar de menores de 10 anos.</p> <p>3.13.FALTAS PARA ASSISTÊNCIA A MENORES DE 10 ANOS</p> <p>Assistência a filhos, adoptados ou enteados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até ao limite máximo de 30 dias por ano. • Em caso de hospitalização⁷ a contagem das faltas é suspensa e retomada após a alta do internamento. • Contam para antiguidade, graduação e progressão na carreira. • Conferem direito à retribuição. • Implicam desconto de vencimento de exercício. • Determinam perda de subsídio de refeição. <p>3.14. FALTAS PARA ASSISTÊNCIA A MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR</p> <p>Assistência a cônjuge, parente ou afim em linha recta ascendente ou no 2º grau da linha colateral, filho, adoptado ou enteado com mais de 10 anos de idade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 15 dias por ano, mais um dia por cada filho, adoptado ou enteado, além do primeiro. • Contam para antiguidade na carreira e na categoria. • São Justificadas em termos idênticos às faltas dadas pelo próprio. • Não conferem direito à retribuição. <p>No caso de filho, adoptado ou filho do cônjuge que com este resida, portador de deficiência ou doença crónica, é aplicável o regime de faltas para assistência a menores. (<i>consultar 3.13. Faltas para assistência a menores de 10 anos</i>)</p> <p>3.15. FALTAS PARA ASSISTÊNCIA A NETOS</p> <p>Assistência a netos que sejam filhos de adolescentes com idade inferior a 16 anos, desde que vivam em comunhão de mesa e habitação com o docente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 30 dias consecutivos, a seguir ao nascimento. • Comunicação ao órgão de gestão da escola , com a antecedência de 5 dias, apresentando declaração⁸. 	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 52.º</p> <p>art. 53.º</p> <p>Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 227.Ago.) art. 40.º Lei 35/2004, 29.Jul. art.s 109.º, 112.º e 113.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 54.º Lei 35/2004, 29.Jul. art.s 109º, n.º 5 e 110.º, n.º 2</p> <p>Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 41.º Lei 35/2004, 29.Jul. art. 75.º</p>
---	---

<ul style="list-style-type: none">• Se existirem dois titulares, este direito, pode ser exercido integralmente por um, ou por ambos, devendo ser apresentado documento onde conste a decisão conjunta e a prova da informação à entidade empregadora do outro titular.• São consideradas como prestação efectiva de serviço⁹. <p>3.16. FALTAS AO ABRIGO DO ESTATUTO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE</p> <p>Os docentes que se encontram a frequentar cursos destinados a melhorar a sua situação profissional na docência, ou que tenham em vista a obtenção de grau superior ou de pós-graduação, podem faltar ao abrigo do estatuto do trabalhador estudante. Contudo, o gozo desta regalia não poderá acarretar prejuízo para o serviço docente.</p> <p>A elaboração dos horários traduzirá, sempre que possível, o acordo entre o órgão de gestão do estabelecimento de ensino e o docente relativamente a uma das seguintes modalidades:</p> <ul style="list-style-type: none">• flexibilidade de horário ajustável à frequência das aulas;• dispensa até cinco horas semanais sem perda de remuneração;• dispensa de um dia por mês sem perda de remuneração. <p>O regime adoptado de dispensa até cinco horas semanais sem perda de remuneração terá incidência sobre a componente não lectiva do horário de 35 horas semanais.</p> <p>Direitos dos docentes para prestação de provas de avaliação</p> <p>O docente trabalhador-estudante tem direito a faltar nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none">• até dois dias por cada prova, sendo um o da realização da prova e o outro o imediatamente anterior, aí se incluindo sábados, domingos e feriados;• no caso de provas em dias consecutivos, os dias anteriores são tantos quantas as provas a realizar;• os dias de ausência não podem exceder um máximo de quatro por cada disciplina;• consideram-se provas de avaliação os exames e outras provas escritas ou orais, bem com apresentação de trabalhos, quando estes os substituem. <p>Cessação de direitos</p> <ul style="list-style-type: none">• Quando o trabalhador-estudante não conclua com aproveitamento o ano escolar ao abrigo de cuja frequência beneficiou desses mesmos direitos.• No ano lectivo subsequente àquele em que cessaram os direitos previstos na Lei, pode ser novamente concedido o estatuto de trabalhador estudante, não podendo esta situação ocorrer mais do que duas vezes.	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Lei 35/2004, 29.Jul. art. 109., n.º 3 art.s 112.º e 113.º</p> <p>ECD art.º 96.º, n.º 2</p> <p>Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 80.º Lei n.º 35/2004, 29 Jul. art. 149.º</p> <p>Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 81.º Lei 35/2004, 29.Jul. art. 151.º</p> <p>art. 153.º</p>
--	--

<p>3.17. FALTAS PARA DOAÇÃO DE SANGUE</p> <p>Há direito a faltar para dar sangue benevolamente.</p> <ul style="list-style-type: none">• Mediante prévia autorização que só pode ser denegada com fundamento em motivos urgentes e inadiáveis decorrentes do serviço.• Não implicam perda de quaisquer direitos ou regalias. <p>3.18. FALTAS POR SOCORRISMO</p> <p>O docente que pertença a Associações, de Bombeiros Voluntários, Humanitárias, Cruz Vermelha Portuguesa, tem direito a faltar durante os períodos necessários em que a sua presença seja exigida pelos respectivos regulamentos das Associações.</p> <ul style="list-style-type: none">• São justificadas no prazo de 2 dias úteis após o regresso ao serviço, através de declaração da respectiva Associação.• Não implicam a perda de quaisquer direitos ou regalias. <p>3.19. FALTAS PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES</p> <p>Há direito a faltar para cumprimento de obrigações legais ou por imposição de autoridade judicial, policial ou militar.</p> <ul style="list-style-type: none">• São justificadas com documento comprovativo.• Não implicam a perda de quaisquer direitos e regalias. <p>3.20. SITUAÇÃO DE PRISÃO</p> <p>O cumprimento de pena de prisão implica a perda total do vencimento e a não contagem do tempo para qualquer efeito.</p> <p>Faltas dadas por motivo de prisão preventiva:</p> <ul style="list-style-type: none">• são justificadas;• determinam a perda do vencimento de exercício e do subsídio de refeição;• em caso de revogação ou extinção da prisão preventiva são reparadas as perdas acima referidas, salvo se vier a ser condenado definitivamente; <p>3.21. FALTAS PARA PRESTAÇÃO DE PROVAS DE CONCURSO</p> <p>Direito a faltar pelo tempo necessário para a prestação da prova:</p> <ul style="list-style-type: none">• na administração central, regional, local e institutos públicos/personalizados ou de fundos públicos;• organismos internacionais – só para lugares reservados a cidadãos de nacionalidade portuguesa, ou de interesse para o País;• não determinam a perda de quaisquer direitos ou regalias. <p>3.22. FALTAS PARA EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE SINDICAL</p> <p><i>Consultar 5.4. Dispensas de serviço para exercício da actividade sindical.</i></p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 61.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 62.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 63.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 64.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 65.º</p>
--	--

<p>3.23. FALTAS COM PERDA DE VENCIMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">• Até 6 dias em cada ano civil e 1 dia por mês.• Têm carácter excepcional.• Deve ser solicitada autorização, por escrito na véspera ou oralmente no próprio dia, ao órgão de gestão de escola.• Descontam para todos os efeitos legais. <p>3.24. FALTAS POR MOTIVOS NÃO IMPUTÁVEIS AO DOCENTE</p> <p>Há direito a faltar por calamidade Pública ou outros motivos não previstos no Dec. Lei n.º 100/99, que impossibilitem ou dificultem o cumprimento do dever da assiduidade.</p> <ul style="list-style-type: none">• Comunicação ao órgão de gestão da escola no próprio dia ou no seguinte e apresentação da justificação escrita.• São equiparadas a serviço efectivo. <p>3.25. FALTAS INJUSTIFICADAS</p> <p>Todas as não previstas no ECD e no n.º 1 do artigo 21.º do Dec. Lei n.º 100/99.</p> <p>Todas as previstas no ECD e no n.º 1 do artigo 21.º do Dec. Lei n.º 100/99, não justificadas, ou que não seja apresentado comprovativo, ou seja invocado motivo falso.</p> <ul style="list-style-type: none">• Podem ter consequências disciplinares.• Determinam perda de remuneração.• Não contam para efeitos de antiguidade.• Descontam nas férias.• A invocação de motivos falsos para justificação das faltas, pode originar infracção criminal. <p>4. LICENÇAS</p> <p>4.1. LICENÇAS SEM VENCIMENTO</p> <p>Ao pessoal docente aplica-se a legislação em vigor na função pública em matéria de licenças, com as adaptações constantes no ECD.</p> <ul style="list-style-type: none">• Licença sem vencimento até 90dias (a concessão da licença é da competência dos Directores Regionais de Educação)• Licença sem vencimento por um ano• Licença sem vencimento de longa duração• Licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge• Licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional com carácter precário ou experimental• Licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional como funcionário ou agente	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 68.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 70.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 71.º</p> <p>ECD art. 86.º</p> <p>art.s 105.º a 107.º D.L. 100/99, 31.Mar. Lei 117/99, 11.Ago. art.s 73.º a 92.º</p>
---	---

4.1.1. Licença sem vencimento por um ano

A concessão de licença sem vencimento por um ano depende de prévia ponderação da conveniência de serviço e da ponderação do interesse público, sendo motivo, designadamente, atendível a valorização profissional¹⁰ do docente.

Duração da licença

Um ano escolar, podendo ser renovável até ao limite de três anos.

Efeitos da licença

- Não determina abertura de vaga no quadro de origem.
- Implica a perda total das remunerações e o desconto na antiguidade, progressão na carreira, aposentação e sobrevivência.
- O período de tempo de licença pode, no entanto, contar para efeitos de aposentação, sobrevivência e fruição da ADSE, se o interessado mantiver os correspondentes descontos.

Quem pode beneficiar da licença?

Os docentes titulares de lugar de quadro (QZP e QE).

Os docentes devem reunir o requisito exigido à data de apresentação do pedido.

Como instruir o pedido de licença?

- requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação onde deve constar a seguinte informação: nome, BI, residência, escola/QZP de origem, grupo de docência, componente lectiva semanal e indicação da fundamentação do pedido;
- declaração comprovativa do interesse público ou de valorização profissional¹⁰;
- fotocópia actualizada do registo biográfico;
- parecer do órgão de gestão da escola/agrupamento.

O pedido deve ser formulado, preferencialmente, até 30 de Junho.

A quem compete decidir?

Ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, no uso das competências subdelegadas¹¹.

4.1.2. Licença sem vencimento de longa duração

Duração da licença

A duração da licença não pode ser inferior a um ano escolar.

LEGISLAÇÃO

ECD
art. 106.º
D.L. 100/99,
31.Mar.
art. 73.º, com a
redacção dada pela
Lei 117/99, 11.Ago.
e 76.º, n.ºs 1 e 2

ECD
art. 106.º
D.L.100/99
31.Mar.
art. 76º, n.º 1

ECD
art.s 37.º e 106.º
D.L. 100/99
art. 77.º,
n.ºs 1 e 2

ECD
art. 107.º

D.L. 100/99,
31.Mar.
art. 79.º

<p>Efeitos da licença</p> <ul style="list-style-type: none">• Determina abertura de vaga no lugar de quadro de origem.• Implica a perda total das remunerações e o desconto na antiguidade, progressão na carreira, aposentação e sobrevivência.• O período de tempo de licença pode, no entanto, contar para efeitos de aposentação, sobrevivência se o interessado mantiver os correspondentes descontos. <p>Quem pode beneficiar da licença?</p> <p>Os docentes titulares de lugar de quadro de nomeação definitiva (QZP e QE) com, pelo menos, cinco anos de serviço efectivo.</p> <p>Os docentes devem reunir o requisito exigido à data de apresentação do pedido.</p> <p>Como instruir o pedido de licença?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, onde deve constar a seguinte informação: nome, BI, residência, escola/QZP de origem, grupo de docência, componente lectiva semanal e indicação da fundamentação do pedido;• fotocópia actualizada do registo biográfico. <p>O pedido deve ser formulado, preferencialmente, até 30 de Junho.</p> <p>A quem compete decidir?</p> <p>Ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, no uso das competências subdelegadas¹¹.</p> <p>Regresso ao serviço</p> <p>O regresso ao lugar de origem está dependente de existência de vaga.</p> <p>O pedido de regresso ao lugar de origem só pode ser requerido ao fim de um ano escolar e, até 30 de Setembro, do ano lectivo anterior àquele em que o docente pretende regressar.</p> <p>Como instruir o pedido de regresso?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação;• fotocópia actualizada do registo biográfico;• declaração médica comprovativa de possuir robustez física e psíquica para o exercício de funções docentes, apenas, para os docentes na situação de licença por período superior a dois anos. <p>4.1.3. Licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>ECD art. 37.º D.L. 100/99 art. 80.º, com a redacção dada pela Lei 117/99, 11.Ago.</p> <p>ECD art. 107.º D.L. 100/99, 31.Mar. art. 78.º, n.º 1</p> <p>ECD art. 107.º D.L. 100/99, art. 82.º, n.º 1</p> <p>art.82.º, n.º2 art. 83.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. Lei 117/99,11.Ago. art. 84.º</p>
---	--

<p>Duração da licença</p> <p>A licença tem a mesma duração que a colocação do cônjuge no estrangeiro, podendo iniciar-se em data posterior à do início das funções do cônjuge no estrangeiro.</p> <p>Efeitos da licença</p> <ul style="list-style-type: none">• Determina abertura de vaga no quadro de origem, quando concedida por período superior a um ano.• O período de tempo de licença não conta para quaisquer efeitos, excepto para aposentação, sobrevivência e fruição da ADSE se o interessado mantiver os correspondentes descontos. <p>Quem pode beneficiar da licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro?</p> <p>Os docentes titulares de lugar de quadro (QZP e QE) quando o respectivo cônjuge tenha ou não a qualidade de funcionário ou agente, for colocado no estrangeiro por período de tempo superior a 90 dias ou indeterminado, em missões de defesa ou representação de interesses do País ou em organizações internacionais de que Portugal seja membro.</p> <p>Como instruir o pedido de licença?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, onde deve constar a seguinte informação: nome, BI, residência, escola/QZP de origem, grupo de docência, componente lectiva semanal e indicação da fundamentação do pedido;• declaração comprovativa da situação de colocação do cônjuge no estrangeiro;• fotocópia actualizada do registo biográfico. <p>A quem compete decidir?</p> <p>Ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação.</p> <p>Regresso ao serviço</p> <p>O regresso ao serviço pode ser antecipado ou requerido no prazo de 90 dias a contar da data de cessação de colocação do cônjuge no estrangeiro.</p> <p>No caso de ter sido preenchida a respectiva vaga, o docente fica a aguardar, na situação de supranumerário, a primeira vaga existente ou a que venha a ocorrer no seu grupo no lugar de quadro de origem.</p> <p>Como instruir o pedido de regresso?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação;• declaração médica comprovativa de possuir robustez física e psíquica para o exercício de funções docentes, apenas, para os docentes na situação de licença por período superior a dois anos;• declaração comprovativa da situação da colocação do cônjuge no estrangeiro, na data de regresso ao serviço pretendida pelo docente.	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Lei 117/99, 11.Ago. art. 86.º, n.ºs 1 e 2</p> <p>ECD art. 37.º D.L. 100/99, 31.Mar. art. 85.º, n.ºs 2 e 4</p> <p>art. 84.º, com a redacção dada pela Lei 117/99</p> <p>art. 85.º, n.º 1</p> <p>art. 86.º, n.º 3 art. 87.º, n.º 1</p> <p>art. 88.º, n.º 1</p> <p>art. 85.º, n.º 3 art. 87.º, n.º 1</p>
---	---

LEGISLAÇÃO	
4.1.4. Licença para o exercício de funções em organismo internacional com carácter precário ou experimental	D.L. 100/99, 31.Mar. art. 90.º
Duração da licença	
Tem a duração do exercício de funções em organismo internacional com carácter precário ou experimental.	art. 90.º, n.º 1
Efeitos da licença	
<ul style="list-style-type: none">A concessão de licença por período superior a dois anos determina abertura de vaga.Implica a perda total da remuneração, contando, porém, o tempo de serviço respectivo para todos os efeitos legais.O docente continuará a efectuar os descontos para aposentação, sobrevivência e ADSE com base na remuneração auferida à data de início da licença.	art. 90.º, n.ºs 1 a 5
Quem pode beneficiar da licença?	
Docentes titulares de lugar de quadro (QZP e QE).	art. 89.º, n.º 1
Como instruir o pedido de licença?	
<ul style="list-style-type: none">requerimento dirigido ao Ministro da Educação;fotocópia actualizada do registo biográfico;declaração de situação face à organização internacional.	art. 92.º
A quem compete decidir?	
A concessão da licença é da competência conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Educação.	art. 92.º, n.º 1
Regresso ao serviço	
No caso de ter sido preenchida a respectiva vaga no lugar de quadro de origem, o docente fica a aguardar, na situação de supranumerário, enquanto a mesma não ocorrer.	art. 90.º, n.º 5
Como instruir o pedido de regresso?	
<ul style="list-style-type: none">requerimento dirigido ao Ministro da Educação;declaração médica comprovativa de possuir robustez física e psíquica para o exercício de funções docentes, apenas, para os docentes na situação de licença por período superior a dois anos;declaração comprovativa da situação do docente face à organização internacional.	art. 91.º, n.º 3 art. 92., n.º 2
4.1.5. Licença para o exercício de funções em organismo internacional como funcionário ou agente	D.L. 100/99, 31.Mar. art. 91.º
Duração da licença	
O período correspondente ao tempo de exercício de funções.	art. 91.º, n.º 1

<p>Quais os efeitos da licença?</p> <ul style="list-style-type: none"> determina abertura de vaga no lugar de quadro de origem. implica a perda total da remuneração, contando, porém, o tempo de serviço respectivo para todos os efeitos legais. o docente continuará a efectuar os descontos para aposentação, sobrevivência e ADSE com base na remuneração auferida à data de início da licença. <p>Quem pode beneficiar da licença?</p> <p>Os docentes titulares de lugar de quadro (QZP e QE).</p> <p>Como instruir o pedido de licença?</p> <ul style="list-style-type: none"> requerimento dirigido ao Ministro da Educação, onde deve constar a seguinte informação: nome, BI, residência, escola/QZP de origem, grupo de docência, componente lectiva semanal e indicação da fundamentação do pedido; fotocópia actualizada do registo biográfico; declaração de situação face à organização internacional. <p>A quem compete decidir?</p> <p>A concessão da licença é da competência conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Educação.</p> <p>Regresso ao serviço</p> <p>No caso de ter sido preenchida a respectiva vaga no lugar de quadro de origem, o docente fica a aguardar, na situação de supranumerário, enquanto a mesma não ocorrer.</p> <p>Como instruir o pedido de regresso?</p> <ul style="list-style-type: none"> requerimento dirigido ao Ministro da Educação; declaração médica comprovativa de possuir robustez física e psíquica para o exercício de funções docentes, apenas, para os docentes na situação de licença por período superior a dois anos; declaração comprovativa da situação do docente face à organização internacional. <p>4.1.6.Licença especial para exercício de funções transitórias em Macau</p> <p>A licença especial para Macau pode ser concedida a docentes pertencentes aos quadros (QZP e QE) que a requeiram, por períodos de duração não superiores a dois anos escolares renováveis, para exercício de funções docentes ou técnico-pedagógicas.</p> <p>Como instruir o pedido de licença?</p> <ul style="list-style-type: none"> Requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação., onde deve constar: identificação, BI, escola/QZP de origem, grupo de docência, componente lectiva semanal a que está obrigado, indicação do fundamento do pedido e duração da licença. 	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 91.º</p> <p>art. 89.º, n.º 1</p> <p>art. 92.º</p> <p>art. 92.º, n.º 1</p> <p>art. 91.º, n.º 2</p> <p>art. 91.º, n.º 3 art. 82.º</p> <p>art. 92.º n.º 2</p> <p>D.L. 89-G/98, 13.Abr.</p> <p>art. 1.º</p> <p>art. 2.º n.ºs 1 e 2</p>
--	---

<p>No prazo de 30 dias após o início de funções em Macau, o interessado deve fazer o envio à DGRHE de documento comprovativo da sua vinculação, sob pena de caducidade da licença.</p> <p>A quem compete decidir?</p> <p>Ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, no uso de competências subdelegadas¹¹.</p> <p>Efeitos da licença</p> <ul style="list-style-type: none">• Não determina a abertura de vaga no quadro de origem.• Implica a perda total de remuneração, contando porém, o tempo de serviço respectivo para todos os efeitos legais.• Mantém o direito à contagem do tempo da licença para efeitos de aposentação e sobrevivência, bem como os benefícios da ADSE para o próprio e respectivos familiares dependentes que residam em território nacional, mediante a efectivação dos correspondentes descontos, com base na remuneração do lugar de origem.• Mantém o direito a ser opositor a concursos. <p>Regresso à actividade docente</p> <p>O regresso depende de requerimento do interessado à entidade que concedeu a licença, no qual deve fazer prova da cessação da relação laboral em Macau, devendo apresentar-se no serviço de origem no prazo máximo de 45 dias após a cessação de funções.</p> <p>4.1.7. Situações excepcionais</p> <p>Os docentes titulares de quadro (QZP e QE), findo o prazo de 18 meses na situação de faltas por doença, podem requerer a passagem à situação de licença sem vencimento até 90 dias, por um ano ou de longa duração, independentemente do tempo de serviço prestado.</p> <p>Passam à situação de licença sem vencimento de longa duração os docentes que, tendo sido considerados aptos pela Junta Médica, voltem a adoecer sem que tenham prestado mais de 30 dias consecutivos, nos quais não se incluem férias.</p> <p>O regresso ao serviço não está sujeito ao decurso de qualquer prazo.</p> <p>O regresso ao serviço no decurso do ano escolar está sujeito ao parecer da Junta Médica da Direcção Regional de Educação e carece de autorização do dirigente que autorizou a licença.</p> <p>4.2. PROTECÇÃO DA MATERNIDADE E DA PATERNIDADE</p> <p><i>Consultar 1.4. – Regimes especiais de duração de trabalho para assistência a filho menor de 12 anos ou filho deficiente.</i></p> <p>O regime jurídico da protecção da maternidade e da paternidade encontra-se regulado pelo Código do Trabalho e respectiva legislação complementar.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 89-G/98, 13.Abr. art. 3.º</p> <p>art. 4.º</p> <p>D.L. 100/99, 31.Mar. art. 47.º, n.º 1 b)</p> <p>art. 47.º, n.º 5</p> <p>art. 47.º, n.º 7</p> <p>ECD art. 99.º</p> <p>ECD art. 86.º Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art.s 33.º a 52.º Lei 35/2004, 29.Jul. art.s 66.º a 113.º</p>
---	---

4.2.1. Licença por maternidade

A mulher trabalhadora tem direito a uma licença por maternidade de 120 dias consecutivos, 90 dos quais necessariamente a seguir ao parto.

- Sem perda de remuneração.

A licença por maternidade ou paternidade poderá ter a duração de 150 dias, por opção dos interessados.

- Remunerada a 80%.

Comunicação ao órgão de gestão da escola da modalidade de licença que pretende gozar, no prazo de 7 dias após o parto. Na falta de comunicação presume-se que a duração é de 120 dias.

A trabalhadora grávida que pretenda gozar parte da licença por maternidade antes do parto, deve informar o órgão de gestão da escola, com a antecedência de 10 dias e apresentar atestado médico que indique a data previsível do mesmo.

No caso de nascimentos múltiplos a licença será acrescida de 30 dias por cada gémeo além do primeiro.

A licença por aborto espontâneo tem a duração mínima de 14 dias e máxima de 30 dias, de acordo com a prescrição médica.

A mãe trabalhadora é obrigada a gozar 6 semanas de licença a seguir ao parto.

Em caso de internamento hospitalar da mãe ou da criança, durante o período de licença a seguir ao parto, é suspenso o período de licença por maternidade pelo tempo de duração do internamento, mediante comunicação ao órgão de gestão da escolar, acompanhada de declaração emitida pelo estabelecimento hospitalar.

Nas situações de risco clínico¹², devidamente comprovadas pela Juntas Médicas das DRE's, para a trabalhadora ou para o nascituro, impeditivo do exercício de funções, a trabalhadora tem direito a uma licença, anterior ao parto, fixada por prescrição médica, pelo período de tempo necessário a prevenir o risco, sem prejuízo do direito ao gozo da licença por maternidade de 120 ou 150 dias, conforme opção.

A situação de maternidade não é impeditiva da celebração do contrato de serviço docente, por parte das docentes colocadas em regime de contratação, desde que se verifique a aceitação da colocação e que o não exercício de funções seja justificado nos prazos e termos legalmente fixados.

4.2.2. Licença por paternidade

Destinada ao pai, tendo a seguinte duração:

- cinco dias úteis, seguidos ou interpolados, de gozo obrigatório no 1.º mês a seguir ao nascimento do filho, devendo, para o efeito, informar o órgão de gestão da escola, com 5 dias de antecedência relativamente ao início da licença ou, em caso de urgência comprovada, logo que possível;

LEGISLAÇÃO

Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 35.º

Lei 35/2004, 29.Jul. art. 68.º
D.L. 77/2005, 13.Abr. art. 2.º

Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 35.º

ECD art. 100.º

Port. 367/98, 29.Jun. art. 5.º

Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 36º
Lei 35/2004, 29.Jul. art. 69.º

<ul style="list-style-type: none">período de duração igual àquele a que a mãe teria direito, ou ao período remanescente, caso a mãe já tenha gozado alguns dias de licença, nos seguintes casos:<ul style="list-style-type: none">incapacidade física ou psíquica da mãe;morte da mãe;decisão conjunta dos pais (neste caso a licença por paternidade só poderá ter início após a mãe ter gozado 6 semanas de licença a seguir ao parto). <p>Em caso de incapacidade física ou psíquica ou morte da mãe, informar o órgão de gestão da escola, logo que possível e apresentar certidão de óbito ou atestado médico comprovativo e, sendo caso disso, declarar qual o período de licença por maternidade gozado pela mãe.</p> <p>Em caso de morte da mãe o período mínimo de licença assegurado ao pai é de 30 dias.</p> <p>Em caso de decisão conjunta dos pais, informar o órgão de gestão da escola dessa decisão, com a antecedência de 10 dias e declarar qual o período de licença por maternidade gozado pela mãe, o qual não pode ser inferior a seis semanas após o parto e provar, ainda, que o empregador da mãe foi informado da decisão conjunta.</p> <p>4.2.3. Licença por adoção</p> <p>O trabalhador, que adopte criança, menor de 15 anos, tem direito a uma licença de 100 dias consecutivos, contados a partir da confiança judicial ou administrativa do menor¹³.</p> <p>O trabalhador, candidato a adoção, deve informar o empregador, com a antecedência de 10 dias do início previsível do gozo da licença, fazendo prova da confiança judicial ou administrativa do adoptando e da respectiva idade.</p> <p>No caso dos cônjuges, candidatos à adoção, serem trabalhadores, o período de licença pode ser integralmente gozado por um deles ou por ambos, em tempo parcial ou em períodos consecutivos, conforme decisão conjunta¹⁴.</p> <p>Se o trabalhador falecer durante a licença, o cônjuge sobrevivente que não seja adoptante, tem direito a uma licença correspondente ao período não gozado ou a um mínimo de 14 dias, se o adoptado viver consigo em comunhão de mesa e habitação.</p> <p>Se existir internamento hospitalar do candidato à adoção ou do adoptando, o período de licença é suspenso pelo tempo de duração do internamento, mediante comprovativo passado pelo estabelecimento hospitalar.</p> <p>O trabalhador, candidato a adoptante, não tem direito a licença por adoção do filho do cônjuge ou de pessoa que com ele viva em união de facto.</p> <p>Efeitos das licenças por maternidade, paternidade e adoção</p> <p>São consideradas como prestação efectiva de serviço para todos os efeitos legais, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">não determinam perda de antiguidade;	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Lei 35/2004, 29.Jul. art. 69.º, n.º 2</p> <p>art. 69.º, n.º 3</p> <p>Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 38.º Lei 35/2004, 29.Jul. art. 71.º, n.º 3</p> <p>art. 71.º, n.ºs 4 e 5</p> <p>art. 71.º, n.º 6</p> <p>art. 71.º, n.º 7</p> <p>art. 71.º, n.º 8</p> <p>art.s 101.º, 107.º, 109.º, 112.º e 113.º</p>
--	---

- mantêm o direito à remuneração, incluindo subsídios de carácter permanente sobre os quais incidam descontos para a Caixa Geral de Aposentações;
- mantêm o direito ao subsídio de refeição;
- suspendem o gozo de férias;
- suspendem a realização da profissionalização em serviço;
- o acto de aceitação ou de posse é transferido para o termo da mesma;
- adiam a prestação de provas para progressão na carreira profissional, as quais devem ter lugar após a licença.

4.2.4. Dispensas para consultas pré-natais

As trabalhadoras grávidas devem, sempre que possível, comparecer às consultas pré-natais fora do horário de trabalho.

Quando a consulta pré-natal só for possível durante o horário de trabalho, a trabalhadora tem direito à dispensa de trabalho para se deslocar à consulta, devendo apresentar documento comprovativo da realização da mesma.

A preparação para o parto é equiparada a consulta pré-natal.

Estas dispensas são consideradas como prestação efectiva de serviço para todos os efeitos legais.

4.2.5. Dispensas para amamentação ou aleitação

A docente que, comprovadamente, amamente o filho tem direito a dispensa de trabalho para o efeito, durante todo o tempo que durar a amamentação¹⁵, independentemente de exercer funções em regime de tempo completo ou parcial.

No caso de não haver lugar a amamentação, a mãe ou o pai têm direito, por decisão conjunta, a dispensa para aleitação até o filho perfazer um ano.

A dispensa para amamentação ou aleitação equivale a uma redução do horário de trabalho nas componente lectiva e na componente não lectiva.

A redução da componente lectiva para as docentes dos 2º e 3º ciclos e do ensino secundário, deve respeitar a tabela seguinte¹⁶:

Horário semanal	Horas lectivas a reduzir
1	0
2 a 5	1
6 a 8	2
9 a 12	3
13 a 15	4
16 a 19	5
20 a 22	6

As docentes da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico têm direito a uma hora de redução diária na componente lectiva. Nos horários de regime normal, esta duração pode ser gozada em dois períodos de 30 minutos.

LEGISLAÇÃO

Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.)
art.s 39.º e 50.º
Lei 35/2004, 29.Jul.
art. 72.º

art.s 109.º e 113.º

Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.)
art. 39.º

Lei n.º35/2004, 29.Jul.
art. 73.º

<p>As docentes que se encontrem em situação de amamentação ou aleitação, ou que previsivelmente o vão fazer no decurso do ano lectivo, devem informar, por escrito, o órgão de gestão da escola, antes da elaboração dos horários¹⁷.</p> <p>4.2.6. Licenças parental e especial para assistência a filho ou adoptado</p> <p>O pai e a mãe que não estejam impedidos ou inibidos totalmente de exercer o poder paternal têm direito a licença parental e especial, para assistência a filho ou adoptado, filho do cônjuge ou de pessoa em união de facto, que com este resida, até aos seis anos de idade.</p> <p>Licença parental</p> <p>Regime da licença parental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Duração de 3 meses seguidos. • Trabalho a meio tempo durante 12 meses. • Períodos alternados de trabalho a tempo parcial e de ausência total, cuja duração não exceda 3 meses. <p>O pai e a mãe podem gozar qualquer destes direitos, de modo consecutivo ou até três períodos interpolados, não sendo permitida a acumulação por um deles do direito do outro.</p> <p>O exercício da licença parental deve ser solicitado ao órgão de gestão da escola, com antecedência de 30 dias, com indicação do início e do termo da licença ou do trabalho a tempo parcial;</p> <p>Licença especial</p> <p>Esgotado o período de licença parental, o pai ou a mãe têm direito a licença especial, até ao limite de 2 anos.</p> <p>No caso de nascimento de terceiro filho ou mais, a licença especial é prorrogável até três anos.</p> <p>Se houver dois titulares a licença pode ser gozada por qualquer deles, ou por ambos, em períodos sucessivos.</p> <p>O exercício da licença especial deve ser solicitado ao órgão de gestão da escola, com a antecedência de 30 dias e com indicação do início e do termo da licença, acompanhado de justificativo de impossibilidade do gozo da licença por parte do outro progenitor (na falta da indicação em contrário, a licença tem a duração de seis meses).</p> <p>Efeitos das licenças parental e especial</p> <ul style="list-style-type: none"> • A licença parental não determina perda de antiguidade, suspende o gozo de férias bem como a realização de profissionalização em serviço e adia o acto de aceitação ou de posse. • As licenças parental e especial determinam a perda de remuneração, salvo nos primeiros 15 dias da licença parental, se for gozada pelo pai na sequência do termo da licença por maternidade ou paternidade. 	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 43.º</p> <p>art. 43.º, n.º 6</p> <p>art. 43.º, n.º 3</p> <p>art. 43.º, n.ºs 4 e 5</p> <p>Lei 35/2004, 29.Jul. art.77.º, n.º 2</p> <p>art.77.º, n.º 3</p> <p>art. 101.º, n.º 2</p> <p>art.s 101.º e 112.º, n.ºs 2 e 3</p>
---	---

<ul style="list-style-type: none"> Os períodos de licença parental e de licença especial são considerados para efeitos de aposentação e atribuição dos benefícios da ADSE, se o trabalhador efectuar os devidos descontos. Durante o exercício destas licenças o trabalhador não pode exercer outra actividade incompatível com a finalidade das licenças, nomeadamente trabalho subordinado ou prestação continuada de serviços fora da sua residência habitual. <p>4.2.7. Licença para assistência a filho, adoptado ou filho de cônjuge que seja portador de deficiência ou doença crónica</p> <p>O pai ou a mãe trabalhadores têm direito a licença por período até seis meses, prorrogável com limite de 4 anos, para acompanhamento de filho, adoptado, ou filho de cônjuge que com este resida, que seja portador de deficiência ou doença crónica, durante os primeiros 12 anos de vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> O exercício desta licença deve ser solicitado ao órgão de gestão da escola, por escrito e com a antecedência de 30 dias, do início e do termo da licença, acompanhado de comprovativo da impossibilidade do gozo da licença por parte do outro progenitor. Na falta de indicação em contrário, a licença tem a duração de seis meses. Se houver dois titulares, a licença pode ser gozada por qualquer deles ou por ambos em períodos sucessivos. <p>Efeitos da licença</p> <ul style="list-style-type: none"> Perda de remuneração. Perda de antiguidade. O período da licença é considerado para efeitos de aposentação e atribuição dos benefícios da ADSE, se o trabalhador efectuar os devidos descontos. Durante o exercício desta licença o trabalhador não pode exercer outra actividade incompatível com a finalidade da mesma, nomeadamente trabalho subordinado ou prestação continuada de serviços fora da sua residência habitual. <p>4.3. LICENÇA SABÁTICA</p> <p>É uma dispensa da actividade docente, sem prejuízo das regalias inerentes ao desempenho da actividade tais como remuneração, contagem de tempo de serviço para progressão, antiguidade, concurso e aposentação, em regime de exclusividade¹⁸.</p> <p>Pode ser concedida para a realização de:</p> <ul style="list-style-type: none"> preparação de dissertação de mestrado; preparação de tese de doutoramento; frequência do último ano de cursos especializados. <p>É concedida pelo período de um ano escolar¹⁹. A licença sabática só pode ser interrompida²⁰ pela situação de licença por maternidade.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Lei 35/2004, 29.Jul. art. 108.º</p> <p>art. 102.º</p> <p>Código do Trabalho (anexo à Lei 99/2003, 27.Ago.) art. 44.º</p> <p>Lei 35/2004, 29.Jul. art. 77.º</p> <p>art.s 101.º e 108.º</p> <p>art. 102.º</p> <p>ECD art. 108.º Regulamento (RCLS) anexo ao Desp. Norm. 31/98, 17.Abr.</p> <p>Lei 35/2004, 29.Jul. art. 101.º, n.º 2 b)</p>
---	---

Só pode ser requerida uma segunda licença²¹ sabática decorridos sete anos de serviço docente sobre o termo da concessão da primeira licença sabática.

Requisitos para a candidatura

- Nomeação definitiva em lugar de quadro.
- 8 anos de tempo de serviço até 31 de Agosto do ano escolar anterior.
- Menção qualitativa de *Satisfaz* na última avaliação do desempenho.

Quais são os prazos para a candidatura?

Requerimento e documentação exigida têm de ser entregues na escola até 31 de Dezembro, e remetidos até 10 de Janeiro à DGRHE.

Como instruir a candidatura?

Requerimento, onde deverá constar: nome, BI, residência, escola de origem, local de exercício de funções, categoria profissional, grupo de docência e tempo de serviço efectivo do interessado; objecto de licença sabática, nos termos do art.º 3.º do RCLS e tema da investigação proposta, dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, acompanhado de:

- projecto de formação pessoal estruturado;
- cópia do registo biográfico;
- *currículum vitae* e documentos comprovativos dos factos nele mencionados;
- documento comprovativo da atribuição de menção de *Satisfaz* na última avaliação do desempenho;
- plano de trabalho²² a desenvolver;
- parecer do orientador/especialista;
- *currículum vitae* do orientador/especialista.

No caso de candidatura para a frequência de cursos especializados, o requerimento deve ainda ser acompanhado dos seguintes elementos:

- declaração de matrícula ou pré-inscrição no curso, passada pela respectiva instituição de formação, com indicação do ano, semestre e módulo que pretende frequentar;
- plano de estudos e calendarização do curso a frequentar, contendo as respectivas datas de início e termo.

Quais as situações que determinam o indeferimento liminar?

- Falta de requisitos.
- Falta de documentos.
- Não cumprimento dos prazos.

Análise e decisão

Os pedidos de licença sabática são apreciados por um júri constituído por:

- Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação;
- Director-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- Director-Geral da Formação Vocacional;
- Directores Regionais de Educação.

LEGISLAÇÃO

Regulamento
(RCLS))
anexo ao Desp
Norm. 31/98,
17.Abr.
art.s 4.º, 5.º e 7.º

art. 9.º

art. 9.º

art. 10.º

art.s 8.º, 12.º e 13.º

<p>A apreciação terá em conta o mérito das candidaturas, em função dos parâmetros constantes do n.º 2 do art.º 12.º do RCLS, das áreas temáticas prioritárias e do currículo dos candidatos.</p> <p>Cabe ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação autorizar os pedidos de licenças sabáticas até ao limite de vagas estabelecidas pelo contingente anual, definido por despacho ministerial publicado em Diário da República, no prazo de 90 dias úteis contados a partir da data limite da entrega da candidatura.</p> <p>Os interessados serão notificados da decisão do júri através do estabelecimento de ensino/agrupamento de escolas onde estão colocados.</p> <p>Da notificação da decisão final cabe recurso hierárquico facultativo, a interpor, no prazo de 30 dias, para o Ministro da Educação.</p> <p>Publicitação</p> <p>O Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação determina a publicitação em DR da lista dos candidatos aos quais foi concedida a licença sabática.</p> <p>Os candidatos a quem foi concedida a Licença Sabática devem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentar à DGRHE um relatório final de actividades, até 180 dias úteis após o fim do gozo de licença sabática. <p>A não apresentação injustificada do relatório implica a reposição pelo docente das importâncias que tiver recebido.</p> <p>5. DISPENSAS</p> <p>5.1. DISPENSA DA COMPONENTE LECTIVA <i>Consultar 1.3. Dispensas da componente lectiva</i></p> <p>5.2. DISPENSAS PARA CONSULTAS PRÉ-NATAIS <i>Consultar 4.2.4. Dispensas para consultas pré-natais</i></p> <p>5.3. DISPENSAS PARA AMAMENTAÇÃO OU ALEITAÇÃO <i>Consultar 4.2.5. Dispensas para amamentação ou aleitação</i></p> <p>5.4. DISPENSAS DE SERVIÇO PARA ACTIVIDADE SINDICAL</p> <p>Dispensa, total ou parcial, do exercício de funções docentes concedida a educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, pertencentes aos quadros (QZP/QE), na qualidade de membros dos corpos gerentes de associações sindicais representativas de professores.</p> <p>Os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo do ensino básico, em regime de monodocência, apenas podem usufruir de dispensa total.</p> <p>Os docentes dos membros dos corpos gerentes têm direito a um crédito de faltas de quatro dias por mês remunerados podendo ser acumulados ou cedidos a outro membro da mesma associação.</p> <p>A acumulação de créditos poderá determinar a dispensa total ou parcial da duração da prestação semanal de trabalho a que está obrigado o docente.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Regulamento (RCLS) anexo ao Desp. Norm. 31/98, 17.Abr.</p> <p>art. 14.º</p> <p>art. 15.º</p> <p>D.L. 84/99, 19.Mar.</p> <p>art. 11.º</p> <p>art.s 12.º e 15.º</p>
--	---

<p>As dispensas de serviço apresentadas pelas organizações sindicais à DGRHE são autorizadas por despacho do Ministro da Educação.</p> <p>A dispensa tem a duração de um ano escolar.</p> <p>Efeitos da dispensa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conta, para todos os efeitos legais (progressão na carreira, concursos e aposentação) como tempo de serviço efectivamente prestado. • Os docentes com dispensa total de serviço não têm direito à bonificação da assiduidade. <p>FALTAS DE MEMBROS DOS CORPOS GERENTES</p> <p>Os membros dos corpos gerentes têm direito a usufruir de quatro dias de crédito de faltas remuneradas por mês com a possibilidade de acumularem créditos de faltas do próprio ou cedidos por outro(s) membro(s) dos corpos gerentes.</p> <p>Estas faltas contam, para todos os efeitos legais, como serviço efectivo.</p> <p>Os membros dos corpos gerentes podem ainda faltar justificadamente nos restantes dias. Estas faltas consideram-se justificadas e contam, para todos os efeitos, como serviço efectivo, excepto quanto à remuneração.</p> <p>FALTAS DOS DELEGADOS SINDICAIS</p> <p>Os delegados sindicais têm direito a um crédito de não trabalho de doze horas remuneradas por mês, que contam, para todos os efeitos legais, como serviço efectivo.</p> <p>Os delegados sindicais podem gerir, em cada mês, o crédito de horas que dispõem, transferindo livremente para outros os seus créditos não utilizados.</p> <p>5.5. DISPENSAS PARA FORMAÇÃO</p> <p>Podem ser concedidas dispensas de serviço docente para participação em congressos, simpósios, cursos, seminários ou outras realizações, que tenham lugar no País ou no estrangeiro, conexas com a formação do docente e destinadas à respectiva actualização.</p> <p>Quem autoriza?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Órgão de gestão da escola onde o docente exerce funções. • Director Regional de Educação, no caso de a dispensa ser solicitada por qualquer dos membros do órgão de administração e gestão da escola. <p>5.6. EQUIPARAÇÃO A BOLSEIRO</p> <p>É uma dispensa da actividade docente temporária, total ou parcial, sem prejuízo das regalias inerentes ao desempenho da actividade tais como remuneração²³, contagem de tempo de serviço para progressão, antiguidade, concurso e aposentação, em regime de exclusividade²⁴.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>ECD art.104.º</p> <p>D.L. 84/99 19.Mar. art. 12.º</p> <p>D.L. 84/99 art. 19.º</p> <p>ECD art. 109.º</p> <p>Desp. Norm. 185/92, 8.Out. Desp. Norm. 8/2005, 3.Fev.</p> <p>ECD art. 110.º D.L. 272/88, 3.Ago. D.L. 282/89, 23.Ago. Regulamento anexo ao Desp. Norm. 23/98, 11.Mar.</p>
--	---

<p>Pode ser concedida para a realização de:</p> <ul style="list-style-type: none"> estudo ou investigação em área com interesse para a educação; projecto educativo; doutoramento²⁵; mestrado²⁵, pós-graduação ou formação especializada. <p>Pode ser concedida pelos seguintes períodos:</p> <ul style="list-style-type: none"> até 2 anos para projecto de investigação ou curso de mestrado; até 3 anos para doutoramento, podendo, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, o prazo inicialmente concedido ser prorrogado por mais um ano, até ao limite máximo de quatro anos escolares. <p>Modalidades de Equiparação a Bolseiro</p> <ul style="list-style-type: none"> Com vencimento, condicionada à contingentação estabelecida anualmente por despacho ministerial. Situações especiais, por despacho do Ministro da Educação. Sem vencimento, para bolseiros de outras instituições, a solicitação dos interessados²⁶. <p>Qualquer modalidade pode ser concedida em regime de tempo parcial.</p> <p>Requisitos para a candidatura</p> <ul style="list-style-type: none"> Nomeação definitiva em lugar de quadro. 5 anos de tempo de serviço até 31 de Agosto do ano escolar anterior. Menção qualitativa de <i>Satisfaz</i> na última avaliação do desempenho. <p>Quais são os prazos de candidatura?</p> <p>Requerimento e documentação exigida têm de ser entregues na escola até 30 de Março e remetidos à DGRHE até 10 de Abril.</p> <p>Os bolseiros de outras instituições que pretendam a equiparação a bolseiro sem vencimento não estão sujeitos a estes prazos.</p> <p>Como instruir a candidatura?</p> <p>Requerimento, onde deverá constar: nome, n.º de BI, residência, escola de origem, local de exercício de funções, categoria profissional, grupo de docência e tempo de serviço efectivo do interessado; objecto de equiparação a bolseiro, nos termos dos artigos 4.º e 5.º; do REB, área de projecto, estudo ou investigação a que se destina a equiparação a bolseiro, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º, do REB, dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação²⁷ acompanhado de:</p> <ul style="list-style-type: none"> projecto/plano de trabalho²⁸; parecer do orientador/especialista; prova de aceitação²⁹/matrícula em caso de frequência de curso; <i>curriculum vitae</i> e documentos comprovativos dos factos nele mencionados; cópia do registo biográfico; 	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 272/88, 3.Ago. D.L. 282/89, 23.Ago. Regulamento anexo ao Desp. Norm. 23/98, 11.Mar.</p> <p>art. 7.º, com a redacção dada pelo Desp. Norm. 40/2005, 11.Jul.</p> <p>art. 2.º</p> <p>art. 20.º</p> <p>art.s 6.º e 10.º</p> <p>art. 9.º</p> <p>art.3.º</p> <p>art. 11.º</p> <p>art. 6.º, n.º 2</p> <p>art. 11.º</p>
---	--

<ul style="list-style-type: none">parecer do órgão de gestão da escola (após ter sido ouvido o Conselho Pedagógico). <p>No caso de concessão por anos consecutivos:</p> <ul style="list-style-type: none">requerimento, onde deverá constar: nome, n.º de BI, residência, escola de origem, local de exercício de funções, categoria profissional, grupo de docência e tempo de serviço efectivo do interessado; objecto de equiparação a bolseiro, nos termos dos artigos 4.º e 5.º; do REB, área de projecto, estudo ou investigação a que se destina a equiparação a bolseiro, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º, do REB, dirigido ao Director-Geral;relatório das actividades desenvolvidas no ano anterior;comprovativo da prorrogação da concessão da bolsa, para candidatos de outras instituições. <p>Quais as situações que determinam o indeferimento liminar?</p> <ul style="list-style-type: none">Falta de requisitos.Falta de documentos.Não cumprimento dos prazos. <p>Avaliação e decisão</p> <ul style="list-style-type: none">Avaliação da candidatura pelos departamentos pedagógicos até 15 de Junho.Decisão final proferida pelo Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação.Comunicação ao interessado, pela DGRHE, através da escola onde está colocado, até 15 de Julho. <p>Da decisão final cabe recurso hierárquico facultativo, dirigido ao Ministro da Educação, no prazo de 30 dias.</p> <p>Publicitação</p> <p>O Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação determinará a publicação no DR, 2.ª Série, da lista dos candidatos aos quais foi concedida Equiparação a Bolseiro.</p> <p>Os candidatos a quem foi concedida Equiparação a Bolseiro devem:</p> <ul style="list-style-type: none">apresentar à DGRHE um relatório final de actividades até 60 dias úteis após o fim do gozo de Equiparação a Bolseiro;cumprir no sistema educativo não superior, pelo menos 50% do período de tempo que beneficiaram de equiparação a bolseiro.	<p>LEGISLAÇÃO Regulamento anexo ao Desp. Norm. 23/98, 11.Mar.</p> <p>art. 11.º, n.º 6</p> <p>art. 12.º, n.º 2</p> <p>art.s 13.º e 14.º</p> <p>art.14.º, n.º 2</p> <p>art. 15.º</p> <p>art. 16.º</p> <p>art.17.º</p>
---	--

6. TEMPO DE SERVIÇO RELEVANTE PARA A CARREIRA DOCENTE

A contagem de tempo de serviço do pessoal docente é feita por ano escolar, produzindo efeitos para concursos (graduação para a docência), progressão na carreira (escalões/vencimentos) e aposentação.

A contagem de tempo de serviço docente ou equiparado para efeitos de concursos e progressão na carreira docente, compete aos órgãos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino/Direcções Regionais de Educação e, para efeitos de aposentação é da exclusiva competência da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

6.1. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO, EM REGIME DE VOLUNTARIADO, POR PROFESSORES/FORMADORES RECRUTADOS POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG), OU OUTRAS ENTIDADES PRIVADAS DE UTILIDADE PÚBLICA APOIADAS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO (IPAD)

Como requerer?

- requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação;
- certificado³⁰ do tempo de serviço docente emitido pela entidade com a qual celebrou o respectivo contrato;
- certificado de habilitações profissional ou própria;
- cópia do contrato de voluntariado;
- cópia do registo biográfico (caso já tenha exercido funções docentes em escolas dos ensinos básico e secundário da rede do Ministério da Educação)

A quem compete a decisão?

Ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação.

Qual o efeito da contagem?

É considerado, exclusivamente, para concursos.

6.2. TEMPO DE SERVIÇO DOCENTE OU EQUIVALENTE, PRESTADO NOS ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA (UE) OU NOS ESTADOS PARTE DO ACORDO SOBRE O ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU (AEEE)

Quem pode requerer?

Cidadãos portugueses, comunitários ou do AEEE³¹ que, após terem exercido actividade equivalente àquela que é exigível em Portugal para o exercício da profissão, nos Estados Membros da UE ou nos Estados parte do AEEE, no sector público ou no sector privado, pretendam ver reconhecidos, em Portugal, os períodos de tempo de serviço prestado nesses Estados.

LEGISLAÇÃO

ECD
art. 132.º

Desp. 4456/2005,
1.Mar.

D.L. 35/2003,
27.Fev.
D.L. 20/2005,
19.Jan. art.s 14.º e
15.º

Desp. Norm.
12/2004,
3.Mar.

<p>Como requerer?</p> <ul style="list-style-type: none">• Requerimento, redigido em língua portuguesa, do qual conste o nome completo do requerente, nacionalidade, número do bilhete de identidade, categoria profissional, residência, número de telefone, objecto do pedido e períodos de tempo que pretende ver reconhecidos dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação;• certificado³² de habilitação profissional para a docência; (<i>consultar o capítulo IV. Acesso à Docência de Cidadãos da União Europeia e do Brasil</i>)• certificados³³ de tempo de serviço emitido(s) pela autoridade competente do Estado Membro onde o serviço foi prestado;• fotocópia do registo biográfico³⁴. <p>Caso o serviço tenha sido prestado em estabelecimento de ensino privado, deverá constar a indicação de que o mesmo foi efectuado nos termos legalmente exigidos pelo direito nacional aplicável.</p> <p>A quem compete a decisão?</p> <p>Ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação.</p> <p>Quais os efeitos do reconhecimento ?</p> <p>É considerado para concursos e progressão na carreira de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário dos estabelecimentos de ensino público tutelados pelo Ministério da Educação.</p> <p>6.3. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO NA CATEGORIA DE AUXILIARES DE EDUCAÇÃO</p> <p>Quem pode requerer?</p> <p>Os educadores de infância habilitados com o Curso de Promoção a Educadores de Infância, que tenham tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação.</p> <p>Como requerer?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao director regional de educação;• documento comprovativo da categoria profissional e correspondente tempo de serviço;• declaração comprovativa da conclusão do Curso de Promoção a Educador de Infância. <p>A quem compete a decisão?</p> <p>Ao director regional de educação.</p> <p>As direcções regionais de educação poderão solicitar outros elementos que considerem de interesse para apreciação do processo.</p> <p>Qual o efeito da contagem?</p> <p>É considerado, exclusivamente, para efeitos de progressão na carreira docente.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Lei 5/2001, 2.Mai.</p> <p>Desp. 52/80, 12.Jun.</p>
---	--

6.4. TEMPO DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO PEDAGÓGICO DAS LICENCIATURAS DO RAMO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL OU DE ENSINO PARA O 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

O tempo de frequência dos estágios concluídos até ao ano escolar de 2004/2005 considera-se, para todos os efeitos legais, como serviço docente.

A partir do ano de 2005/2006, o tempo de frequência dos estágios não produz quaisquer efeitos.

6.5. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM REGIME DE HORÁRIO INCOMPLETO

Ao tempo de serviço docente prestado nos ensinos oficial e particular, em regime de horário incompleto, é aplicada a seguinte fórmula da proporcionalidade:

$$\frac{365 \times t \times h}{7 \times 52 \times \text{horário normal}}$$

em que t designa o número de dias de serviço e h o número de horas semanais atribuídas.

Sempre que o resultado obtido for igual ou superior a 0,5 calcular-se-á o respectivo arredondamento por excesso. Ex: 45,55 dias, por arredondamento = 46 dias.

6.6. TEMPO DE SERVIÇO QUE MEDEIA ENTRE DOIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO DOCENTE (BONIFICAÇÃO INTERANOS)

É “... contado como serviço docente, para todos os efeitos legais, o tempo que mediar entre a cessação do respectivo provimento, se a mesma não tiver lugar antes do termo do correspondente ano lectivo e o início da eficácia do próximo provimento, se este último se verificar até final do primeiro período do ano escolar seguinte.”

A contagem do referido período intercalar deverá ser feita de acordo com o último horário atribuído ao professor, no ano anterior, até à celebração de novo contrato, caso ocorra até ao final do primeiro período do ano escolar.

Se até ao final do primeiro período do ano escolar houver alteração de horário em sentido mais favorável, será por esse novo horário que se deve efectuar a contagem do tempo de serviço relativo ao primeiro período do ano.

Exemplificando:

2001/2002 – 01.09 a 31.08	17h	01.09 a 10.11 = calculado por 22h
2002/2003 – 11.11 a 31.08	22h	
2001/2002 – 01.09 a 31.08	22h	01.09 a 08.10 = calculado por 22h
2002/2003 – 09.10 a 31.08	14h	

LEGISLAÇÃO

D.L. 290/75,
14.Jun.
art.s 12.º e 16.º

D.L. 121/2005,
26.Jul.

D.L. 498/72, 9.Dez.
art. 26.º
Parecer da
Procuradoria-Geral
da República,
publicado no D.R.
234, 11.Out.89

D.L. 290/75,
14.Jun.
art. 17.º

<p>2001/2002 – 01.09 a 31.08 15h</p> <p style="text-align: right;">01.09 a 24.11 = calculado por 20h</p> <p>2002/2003 – 11.10 a 24.11 18h</p> <p>2002/2003 – 25.11 a 31.08 20h</p> <p>A quem se aplica a bonificação interanos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Docentes contratados. • Docentes do ensino português no estrangeiro, em regime de contratação local. • Docentes que transitam do ensino particular para o ensino público. <p>6.7. TEMPO DE SERVIÇO DOCENTE EXERCIDO NAS EX-PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS</p> <p>Tempo de serviço docente prestado antes da independência do respectivo Estado releva para todos efeitos legais, desde que comprovado através de documento passado pelo competente serviço oficial.</p> <p>Tempo de serviço docente prestado após a data da independência das ex-colónias portuguesas é passível de contagem, desde que se comprove³⁵ ter ocorrido em regime de contrato de cooperação trilateral (celebrado entre o Estado Português, o Estado solicitante da cooperação e o docente).</p> <p>A partir do ano escolar 2004/2005 a cooperação portuguesa rege-se pelas regras estabelecidas no estatuto jurídico do agente da cooperação.</p> <p>6.8. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO NO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO</p> <p>Como se instrui o processo?</p> <ul style="list-style-type: none"> • requerimento dirigido ao director regional de educação (da área geográfica do estabelecimento de educação/ensino particular); • documento comprovativo da legalização do estabelecimento (passado pelo organismo de tutela do estabelecimento de educação/ensino particular); • declaração³⁶ de tempo de serviço docente, passada pelo estabelecimento de educação/ensino particular. <p>A DRE competente poderá solicitar outros elementos que considere relevantes para apreciação dos processos.</p> <p>A quem compete a decisão?</p> <p>A confirmação/certificação e respectiva contagem compete ao director regional de educação.</p> <p>Quais os efeitos da contagem?</p> <p>Pondera para todos os efeitos legais.</p>	<p style="text-align: right;">LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 290/75, 14.Jun. art. 12.º</p> <p>Lei 13/2004, 14.Abr.</p> <p>D.L. 553/80, 21.Nov. Parecer da Procuradoria-Geral da República, publicado no D.R. 63, 15.Mar.84 D.L. 169/85, 20.Mai.</p> <p>D.L. 71/99, 12.Mar.</p>
--	---

<p>6.9. TEMPO DE SERVIÇO DOCENTE PRESTADO NO ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO</p> <p>O tempo de serviço docente prestado no ensino português no estrangeiro, ocorre em regime de destacamento ou de contrato e é considerado como tempo de serviço oficial.</p> <p>A quem compete a respectiva certificação?</p> <p>A certificação é do âmbito de competências do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (GAERI), entidade a quem o docente deve dirigir o requerimento.</p> <p>Quais os efeitos da contagem?</p> <p>Releva para todos os efeitos legais.</p> <p>6.10. TEMPO DE SERVIÇO DOCENTE PRESTADO NO ENSINO SUPERIOR (PÚBLICO/PRIVADO)</p> <p>O tempo de serviço docente prestado no ensino superior público e privado é relevante para efeitos de candidatura aos concursos de professores dos ensinos básico e secundário, desde que prestado até 31.08.2003.</p> <p>O tempo de serviço prestado em funções docentes/técnico-pedagógicas em regime de comissão de serviço, destacamento e requisição, produz todos os efeitos inerentes à carreira docente.</p> <p>6.11. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO COMO FORMADOR NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP).</p> <p>É reconhecido o tempo de serviço prestado na qualidade de professor/formador, em cursos/acções de formação profissional, constantes dos D.L. n.º 405/91, de 16 de Outubro e D.L. n.º 205/96, de 25 de Outubro, tutelados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).</p> <p>Como requerer?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao director regional de educação;• declaração do IEFP certificando a natureza do curso;• certidão de habilitações;• declaração da escola de formação profissional indicando o módulo e as horas leccionadas, a data de início e de conclusão do módulo;• declaração do requerente, passada sob compromisso de honra, declarando que as horas que pretende que sejam reconhecidas não foram prestadas em regime de acumulação com o ensino regular;• aos docentes profissionalizados, é requerido o respectivo comprovativo. <p>A quem compete a decisão?</p> <p>Compete ao director regional de educação da área de residência do interessado.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 13/98, 24.Jan.</p> <p>D.L. 18/88, 21.Jan. art. 9.º</p> <p>ECD art. 36.º</p> <p>Parecer 55/2002 da Auditoria do ME, homologado pelo Secretário de Estado da Administração Educativa, em 2.Jul.02</p>
--	--

Para que efeito pondera o referido tempo de serviço?

Para efeitos de concursos, desde que o professor/formador comprove ser titular de habilitação exigida para o exercício da formação correspondente à habilitação adequada ao nível e grupo de docência a que se candidata, nos termos dos normativos que conferem as habilitações própria e/ou profissionais para os diversos cursos.

6.12. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO COMO FORMADOR EM ACÇÕES S@BER+

Como requerer?

- requerimento dirigido ao director regional de educação solicitando o reconhecimento do tempo de serviço prestado como formador (mod. A); *consultar o site da Direcção-Geral da Formação Vocacional*.
- certidão de habilitações;
- declaração do requerente, passada sob compromisso de honra, declarando se as horas que pretende que sejam reconhecidas foram ou não prestadas em regime de acumulação com o exercício de funções docentes (no ensino público ou particular e cooperativo);
- no caso de acumulação de funções no ensino público deverá fazer prova da respectiva autorização (mod. D); *consultar o site da Direcção-Geral da Formação Vocacional*
- prova do despacho autorizador, nas situações em que é exigida a apresentação de pedido de autorização de acumulação de funções em escolas particulares, bem como em escolas particulares e escolas públicas, nos termos definidos no art. 67.º do D.L. n.º 553/80, de 21 de Novembro.
- fotocópia do contrato celebrado entre o formador e a entidade formadora;
- declaração emitida pela entidade formadora, comprovando a aprovação da acção S@ber +, a natureza das funções exercidas, a indicação do domínio da oferta formativa, o número total de horas leccionadas e as habilitações académicas ou profissionais do formador.

A quem cabe a decisão?

Ao director regional de educação da respectiva área geográfica da entidade formadora.

Quais os efeitos da contagem?

Releva, exclusivamente, para efeitos de concursos.

6.13. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO COMO FORMADOR DE CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)

Como requerer?

- requerimento dirigido ao director regional de educação solicitando o reconhecimento do tempo de serviço prestado como formador (mod. B); *consultar o site da Direcção-Geral da Formação Vocacional*
- certidão de habilitações;

LEGISLAÇÃO

Parecer 38/2004, da Auditoria do ME, homologado pelo Secretário de Estado da Administração Educativa, em 21.Out.04

Parecer 38/2004, da Auditoria do ME, homologado pelo Secretário de Estado da Administração Educativa, em 21.Out.04

<ul style="list-style-type: none">• declaração do requerente, passada sob compromisso de honra, declarando se as horas que pretende que sejam reconhecidas foram ou não prestadas em regime de acumulação com o exercício de funções docentes (no ensino público ou particular e cooperativo);• no caso de acumulação de funções no ensino público deverá fazer prova da respectiva autorização (mod. D); <i>consultar o site da Direcção-Geral da Formação Vocacional</i>• prova do despacho autorizador, nas situações em que é exigida a apresentação de pedido de autorização de acumulação de funções em escolas particulares, bem como em escolas particulares e escolas públicas, nos termos definidos no art. 67.º do D.L. n.º 553/80, de 21 de Novembro;• fotocópia do contrato celebrado entre o formador e a entidade formadora;• declaração emitida pela entidade formadora, na qual conste a homologação pela Direcção-Geral de Formação Vocacional do(s) curso(s) EFA, a natureza das funções exercidas, a indicação da área definida no referencial de competência chave (Formação Base), o número total de horas leccionadas ou carga horária semanal com referência às datas do início e do termo e as habilitações académicas ou profissionais do formador. <p>A quem cabe a decisão?</p> <p>Ao director regional de educação da respectiva área geográfica da entidade formadora.</p> <p>Quais os efeitos da contagem?</p> <p>Releva, exclusivamente, para efeitos de concursos.</p> <p>6.14. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO COMO FORMADOR EM CENTROS DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (CRVCC)</p> <p>Como requerer?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao director regional de educação solicitando o reconhecimento do tempo de serviço prestado como formador (mod. A); <i>consultar o site da Direcção-Geral da Formação Vocacional</i>;• certidão de habilitações;• declaração do requerente, passada sob compromisso de honra, declarando se as horas que pretende que sejam reconhecidas foram ou não prestadas em regime de acumulação com o exercício de funções docentes (no ensino público ou particular e cooperativo);• no caso de acumulação de funções no ensino público deverá fazer prova da respectiva autorização (mod. D); <i>consultar o site da Direcção-Geral da Formação Vocacional</i>;• prova do despacho autorizador, nas situações em que é exigida a apresentação de pedido de autorização de acumulação de funções em escolas particulares, bem como em escolas particulares e escolas públicas, nos termos definidos no art. 67.º do D.L. n.º 553/80, de 21 de Novembro;• fotocópia do contrato celebrado entre o formador e a entidade formadora;	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>Parecer 38/2004, da Auditoria do ME, homologado pelo Secretário de Estado da Administração Educativa, em 21.Out.04</p>
--	--

<ul style="list-style-type: none">• declaração emitida pela entidade acreditada, na qual conste o despacho de criação do centro RVCC, a natureza das funções exercidas pelo requerente, a indicação da área definida no referencial de competência chave (Linguagem e Comunicação – LC, Matemática para a Vida – MV, Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e Cidadania e Empregabilidade - CE), o número total de horas leccionadas ou carga horária semanal com referência às datas do início e do termo e as habilitações académicas ou profissionais do formador. <p>A quem cabe a decisão?</p> <p>Ao director regional de educação da respectiva área geográfica da entidade formadora.</p> <p>Quais os efeitos da contagem?</p> <p>Releva, exclusivamente, para efeitos de concursos.</p> <p>6.15. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM MACAU, EM REGIME DE LICENÇA ESPECIAL</p> <p>Quais os efeitos da contagem?</p> <ul style="list-style-type: none">• O tempo de serviço prestado em Macau, em regime de licença especial, pondera para todos os efeitos legais.• Não obstante, mantém-se o direito à respectiva contagem para efeitos de aposentação e sobrevivência, bem como os benefícios da ADSE para os respectivos familiares dependentes que residam em território nacional, caso se efectivem os correspondentes descontos, com base na remuneração do lugar de origem. <p>6.16. TEMPO DE SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO</p> <p>É considerado o tempo de serviço militar obrigatório (exclusivamente), como serviço docente, desde que observados os requisitos exigidos nos diplomas identificados à margem.</p> <p>Como requerer?</p> <ul style="list-style-type: none">• requerimento dirigido ao director regional de educação;• certidão de tempo de serviço militar obrigatório, passada pela entidade militar competente. <p>A quem compete a decisão?</p> <p>Ao director regional de educação.</p> <p>Quais os efeitos da referida contagem?</p> <p>Releva para todos os efeitos legais.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 89-G/98, 13.Abr.</p> <p>D.L. 527/80, 5.Nov. D.L. 223/97, 27.Ago.</p>
--	---

6.17.SITUAÇÕES ESPECIAIS EQUIPARADAS A SERVIÇO DOCENTE, PARA EFEITOS DA CARREIRA DOCENTE	LEGISLAÇÃO
<p>Exercício dos cargos de Presidente da República, membro do Governo, deputado à Assembleia da República, Ministro da República para as regiões autónomas, Governador e Secretário Adjunto do Governo de Macau e outros por lei a eles equiparados, membros dos governos e das assembleias regionais, governador civil e vice-governador civil, presidente e vice-presidente do Conselho Económico e Social, presidente de câmara municipal e de comissão administrativa, vereador em regime de permanência, presidente de junta de freguesia em regime de permanência.</p>	<p>ECD art. 38.º D.L. 35/2003, 27.Fev., D.L. 20/2005, 19.Jan. art.14.º, n.º 2</p>
<p>Exercício dos cargos de chefe de gabinete do Presidente da República, chefe e membro da respectiva Casa Civil, chefe de gabinete e adjunto do Presidente da Assembleia da República, dos membros do Governo, dos Ministros da República e dos Grupos Parlamentares, dos Governos e Assembleias Regionais e, bem assim, de assessor do Primeiro Ministro ou outros por lei a eles equiparados.</p>	
<p>Exercício de cargo ou função de reconhecido interesse público, desde que de natureza transitória ou com prazo certo de duração, que não possa ser desempenhado em regime de acumulação.</p>	
<p>Exercício de funções dirigentes nos termos da lei geral.</p>	
<p>Exercício da actividade de dirigente sindical.</p>	
<p>O interesse público, para efeitos do Estatuto da Carreira Docente (ECD), do exercício de cargo ou função é reconhecido pelo Ministro da Educação.</p>	<p>ECD art. 37.º</p> <p>art. 36.º</p>
6.18. SITUAÇÕES EM QUE O TEMPO DE SERVIÇO NÃO RELEVA PARA EFEITOS DA CARREIRA DOCENTE	
<p>Tempo de serviço prestado em O/ATL - Ocupação/Actividades de Tempos Livres.</p>	
<p>Tempo de serviço prestado como Animador Escolar.</p>	
<p>Tempo de serviço docente prestado no Brasil.</p>	
<p>Tempo de serviço prestado em estabelecimento de educação que tenha, exclusivamente, a valência de creche.</p>	
<p>Tempo de serviço prestado como Assistente de Português em França e como Assistente de Francês em Portugal.</p>	
<p>Tempo de serviço prestado na situação de licenças sem vencimento por 90 dias, por um ano, para acompanhamento do cônjuge no estrangeiro e de longa duração.</p>	
<p>Perda de antiguidade.</p>	
<p>Tempo de serviço prestado em regime de requisição, destacamento e comissão de serviço, no exercício de funções não docentes, que não revistam natureza técnico-pedagógica. Tempo de serviço prestado em Escola Prática da Guarda Nacional Republicana.</p>	

II MOBILIDADE	LEGISLAÇÃO
<p data-bbox="274 394 683 421">7. MOBILIDADE DE DOCENTES</p> <p data-bbox="274 448 1056 591">Através dos instrumentos de mobilidade os educadores de infância e os professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário podem exercer transitoriamente, sem ocupar lugar do quadro, ou com carácter permanente ocupando lugar do quadro, funções em organismo ou serviço público diferente daquele a que pertencem.</p> <p data-bbox="274 618 817 645">São instrumentos de mobilidade do pessoal docente:</p> <ul data-bbox="325 672 571 824" style="list-style-type: none">• Concurso³⁷• Permuta³⁸• Requisição• Destacamento• Comissão de serviço <p data-bbox="274 851 389 878">Requisição</p> <p data-bbox="274 904 1056 967">Exercício transitório de funções docentes, de natureza técnica ou técnico-pedagógica³⁹, sendo os encargos suportados pela entidade requisitante.</p> <p data-bbox="274 994 593 1021">Visa o exercício de funções em:</p> <ul data-bbox="325 1048 1056 1456" style="list-style-type: none">• serviços e organismos centrais e regionais do Ministério da Educação⁴⁰;• órgãos e instituições sob a sua tutela;• serviços da administração central, regional ou local;• funções docentes em estabelecimentos de ensino superior;• funções docentes em estabelecimentos de educação ou de ensino não estatal;• funções docentes ou técnicas junto de federações desportivas que gozem do estatuto de utilidade pública desportiva;• exercício temporário de funções em empresas dos sectores público, privado ou cooperativo;• funções técnicas em comissões e grupos de trabalho;• funções em gabinete de membro do governo ou situações equiparadas. <p data-bbox="274 1482 1056 1568">À mobilidade dos docentes entre os quadros da administração central e das administrações regionais autónomas é igualmente aplicável o regime da requisição.</p> <p data-bbox="274 1594 1056 1648">A entidade requisitante deve explicitar no seu pedido a natureza das funções a exercer pelo docente.</p> <p data-bbox="274 1675 421 1702">Destacamento</p> <p data-bbox="274 1729 1056 1792">Exercício transitório de funções docentes, sendo os encargos⁴¹ suportados pela escola de origem do docente.</p> <p data-bbox="274 1818 683 1845">Visa o exercício de funções docentes em:</p> <ul data-bbox="325 1872 880 1904" style="list-style-type: none">• estabelecimentos de educação ou de ensino públicos;	<p data-bbox="1129 394 1316 448">ECD art. 64.º</p> <p data-bbox="1129 896 1212 949">art. 67.º n.ºs 1 e 2</p> <p data-bbox="1129 1487 1251 1612">art. 67.º, n.º 3 D.L. 85/85, 1.Abr. ECD art. 67.º, n.º 4</p> <p data-bbox="1129 1729 1200 1756">art. 68.º</p>

<ul style="list-style-type: none">• educação extra-escolar;• ensino português no estrangeiro ou ensino de língua e cultura portuguesas em universidades estrangeiras;• escolas europeias;• associações exclusivamente profissionais de pessoal docente. <p>Comissão de serviço</p> <p>Visa o exercício de funções :</p> <ul style="list-style-type: none">• docentes na educação especial;• dirigentes;• outras, para as quais a lei exija esta forma de provimento. <p>A autorização da requisição, do destacamento e da comissão de serviço de docentes, é concedida por despacho do Ministro da Educação, após parecer dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino a cujo quadro pertencem., e tem a duração de um ano escolar, podendo ser prorrogada pelo período de dois anos escolares. Por despacho anual do Ministro da Educação, são fixados os procedimentos a que deve obedecer o processo de mobilidade de docentes.</p> <p>A nomeação em comissão de serviço para funções dirigentes não está sujeita a autorização nem a parecer do órgão de gestão da escola.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>ECD art. 70.º</p>
--	---

III DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA DOCENTE	LEGISLAÇÃO
<p>8. CARREIRA DOCENTE – ESTATUTO REMUNERATÓRIO</p> <p>O pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário constitui um corpo especial e integra-se numa carreira única.</p> <p>A carreira docente tem uma estrutura específica e um sistema remuneratório próprio.</p> <p>Requisitos de ingresso na carreira docente</p> <p>O ingresso na carreira docente requer a posse de qualificação profissional para a docência, adquirida por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • curso específico de formação inicial ou • curso conferente de formação científica considerada habilitação própria na área de docência respectiva e complementado por formação pedagógica. <p>Estrutura da carreira</p> <p>A carreira docente desenvolve-se do 1º ao 10º escalão, tendo os módulos de tempo de serviço a seguinte duração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1º escalão – dois anos • 2º escalão – três anos • 3º escalão – quatro anos • 4º escalão – quatro anos • 5º escalão – quatro anos • 6º escalão – três anos • 7º escalão – três anos • 8º escalão – três anos • 9º escalão – cinco anos <p>Quais os escalões de ingresso na carreira?</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1º escalão para os professores profissionalizados com bacharelato; • 3º escalão para os professores profissionalizados com licenciatura; • 4º escalão para os professores profissionalizados com o grau de mestre em Ciências da Educação ou em domínio directamente relacionado com o grupo de docência. <p>Outras situações:</p> <p>A integração dos docentes portadores de qualificação profissional em quadro de escola determina a atribuição do escalão correspondente ao tempo de serviço.</p> <p>A integração dos docentes portadores de qualificação profissional em quadro de zona pedagógica determina a permanência de um ano nos índices 112, se for bacharel, e 151, se for licenciado.</p>	<p>ECD art. 34.º</p> <p>D.L. 312/99, 10.Ago.</p> <p>Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) arts. 31.º e 32.º</p> <p>Guia de Habilitações para a Docência</p> <p>D.L. 312/99 art. 8.º</p> <p>art. 8.º</p> <p>D.L. 384/93, 18.Nov. arts.1.º e 14.º D.L. 35/2003, 27.Fev. art. 67.º</p>

Os docentes pertencentes ao **quadro de escola** que transitam para o **quadro de zona pedagógica** mantêm o estatuto remuneratório.

Quem pode aceder ao 10º escalão?

- Docentes profissionalizados titulares do grau académico de licenciatura, mestrado ou doutoramento.
- Docentes profissionalizados com grau académico de bacharelato que tenham adquirido o grau académico de licenciatura em Ciências da Educação ou em domínio directamente relacionado com a docência.

Quais os requisitos para a progressão na carreira?

- Ter nomeação definitiva.
- Cumprir o tempo de serviço efectivo⁴² correspondente ao módulo.
- Ter avaliação do desempenho com a menção qualitativa de *Satisfaz*.
- Frequentar com aproveitamento módulos de formação.

A progressão nos escalões da carreira é da iniciativa do docente, cabendo a este a apresentação dos documentos necessários ao desenvolvimento do processo de avaliação do desempenho, ao órgão de gestão da escola, até 60 dias antes da conclusão do módulo de tempo de serviço prestado em funções docentes.

Compete ao órgão de gestão decidir da atribuição da progressão.

A progressão ao escalão seguinte da carreira produz efeitos remuneratórios no dia 1 do mês seguinte ao da verificação dos respectivos requisitos.

A progressão nos escalões da carreira docente não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas nem de publicação no Diário da República.

Índices de vencimento

ESC.	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
ÍND.	112	125	151	167	188	205	218 223 235	245	299	340

Professores QZP (link para *Outras situações*)

Período probatório⁴³:

- Licenciados – **126**
- Bacharéis - **89**

Pré-carreira⁴⁴:

- Licenciados - **136**
- Bacharéis - **99**

LEGISLAÇÃO

D.L. 312/99,
10.Ago.
arts. 8.º e 14.º

art. 11.º

Dec.Reg.n.º 11/98,
15.Mai.

D.L. 115-A/98,
4.Mai.
art. 18.º

D.L. 312/99
art. 10.º n.º 2

art. 10.º n.º 3

art.12.º

art. 7.º

D.L. 54/2003,
28.Mar.
D.L.57/2004,
19.Mar.
D.L. 312/99
art. 6.º
D.L. 54/2003,
28.Mar.
D.L.57/2004,
19.Mar.

Os **bacharéis** que foram **integrados na carreira a partir do 3º escalão** deverão cumprir nos índices do 7º escalão os seguintes módulos de tempo:

- **218** – três anos
- **223** – dois anos
- **235** – três anos

Índices de vencimento dos docentes do nível 2

A progressão dos docentes profissionalizados, vinculados, com habilitação própria de grau não superior, desenvolve-se, nos termos previstos para os docentes profissionalizados com o grau académico de bacharelato, do índice em que o docente foi integrado até ao índice **156**, tendo os módulos de tempo a seguinte duração:

- **índice de integração** – dois anos
- **131** – três anos
- **136** – quatro anos
- **141** – quatro anos
- **151** – quatro anos

A progressão depende da verificação dos módulos de tempo de serviço e de avaliação do desempenho.

Índice de vencimento dos docentes vinculados com habilitação suficiente:

- **145**

Estatuto remuneratório dos docentes contratados

Contrato administrativo de serviço docente

O exercício transitório de funções docentes pode ser assegurado por indivíduos que preencham os requisitos de admissão a concurso de provimento, em regime de contrato administrativo de serviço docente.

Os docentes contratados são remunerados pelos seguintes índices:

Habilitações académicas	Habilitações profissionais	Índices remuneratórios
Não licenciado	Não profissionalizado	89
Não licenciado	Profissionalizado	112 ^(a)
Licenciado	Não Profissionalizado	126
Licenciado	Profissionalizado	151 ^{(b) (c)}

^(a) No 1.º ano de contrato como profissionalizado aplica-se o índice correspondente a não licenciado e não profissionalizado

^(b) No 1.º ano de contrato como profissionalizado aplica-se o índice correspondente a licenciado e não profissionalizado

^(c) São igualmente consideradas as licenciaturas abrangidas pela regulamentação do art. 55.º do ECD

LEGISLAÇÃO

D.L. 312/99,
10.Ago.
art. 15.º

art. 16.º

D.L. 210/97,
13.Ago. alterado
pelo D.L. 66/2000,
26.Abr.
e D.L.109/2002,
16.Abr.

ECD
art.33.º n.º 2
Port. 367/98, 29.Jun.
Port. 1046/2004,
16.Ago.
1.º

<p style="text-align: center;">Contrato administrativo de provimento</p> <p>O desempenho de funções docentes pode ser assegurado em regime de contrato administrativo de provimento, quando haja conveniência em confiar a técnicos especializados a regência de disciplinas tecnológicas, artísticas, vocacionais e de aplicação ou que constituam inovação pedagógica.</p> <p>Ao exercício de funções docentes em regime de contrato administrativo de provimento, corresponde a remuneração a fixar no respectivo contrato, a qual não poderá ser inferior ao vencimento dos docentes integrados na carreira.</p> <p>9. REPOSICIONAMENTO NA CARREIRA⁴⁵</p> <p>9.1. AQUISIÇÃO DE LICENCIATURA-ART. 55.º DO ECD</p> <p>A aquisição de cursos de licenciatura e diploma de estudos superiores especializados, em domínio directamente relacionado com a docência, por docentes profissionalizados integrados na carreira, determina a mudança para o escalão⁴⁶ correspondente àquele em que o docente se encontraria se tivesse ingressado na carreira com esse grau, no qual o docente cumprirá o mínimo de um ano de serviço completo.</p> <p>Que cursos são considerados?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de licenciatura, diplomas de estudos superiores especializados e complementos de formação conferentes de grau de licenciatura reconhecidos como habilitação própria para a docência no respectivo grupo disciplinar nos termos do Despacho Normativo n.º 32/84, de 27 de Janeiro e alterações. • Cursos constantes dos anexos do Despacho n.º 243/ME/96, e alterações, com publicação integral no Despacho n.º 5620/2004. • Cursos de licenciatura em ensino ou outros que certificam para a docência no respectivo nível de educação ou de ensino, ou grupo de docência. • Cursos de complemento de formação científica e pedagógica para o respectivo nível de educação ou de ensino, ou grupo de docência, organizados nos termos do Decreto-Lei n.º 255/98. <p>Como requerer o reposicionamento?</p> <p>O reposicionamento na carreira não é automático, pelo que o docente terá que tomar a iniciativa do processo e entregar na escola onde exerce funções, e na mesma data, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • requerimento dirigido ao director regional de educação (modelo disponível nos <i>sites</i> das DRE's); • fotocópia autenticada do certificado comprovativo da licenciatura. <p>A quem compete a decisão?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos directores regionais de educação, nos cursos já considerados. 	<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO</p> <p>ECD art.33.º n.º 1</p> <p>D.L. 312/99, 10.Ago. art. 21.º</p> <p>ECD art. 55.º</p> <p>Guia das Habilitações para a Docência (ver <i>site</i> da DGRHE)</p> <p>Desp. 243/ME/96, 31.Dez. Desp. 5620/2004, 23.Mar.</p> <p>D.L. 255/98, 11.Ago.</p>
--	--

<ul style="list-style-type: none"> Os requerimentos relativos a cursos não reconhecidos são remetidos oficiosamente, pelas DRE's à DGRHE. <p>A que data se reportam os efeitos da decisão?</p> <ul style="list-style-type: none"> À data do requerimento do interessado, para o caso de decisão ordinária da competência do Director Regional, com efeitos remuneratórios ao dia 1 do mês seguinte. <p>9.2.AQUISICÃO DE LICENCIATURA QUALIFICANTE PARA O EXERCÍCIO DE OUTRAS FUNÇÕES EDUCATIVAS – ART. 56.º DO ECD</p> <p>A aquisição de licenciatura ou diploma de estudos superiores especializados, em domínio que vise a qualificação para o exercício de outras funções educativas⁴⁷ por docentes profissionalizados integrados na carreira, determina a mudança para o escalão⁴⁸ correspondente àquele em que o docente se encontraria se tivesse ingressado na carreira com o grau de licenciado, no qual cumprirá o mínimo de um ano de serviço completo.</p> <p>Que cursos são considerados?</p> <ul style="list-style-type: none"> Cursos de licenciatura acreditados como formação especializada pelo Conselho Científico- Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC). Cursos de qualificação para o exercício de outras funções educativas, organizados nos termos do Decreto-Lei n.º 255/98⁴⁹. Cursos de licenciatura ou de estudos superiores especializados constantes do anexo ao Despacho 25156/2002, para os docentes que tenham iniciado a respectiva frequência, até à data de publicação do referido despacho. <p>Como requerer o reposicionamento?</p> <p>O reposicionamento na carreira não é automático, pelo que o docente terá que tomar a iniciativa do processo e entregar na escola onde exerce funções, e na mesma data, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> requerimento (modelo disponível no <i>site</i> da DGRHE); fotocópia autenticada do certificado comprovativo da licenciatura. <p>O órgão de gestão da escola deverá remeter à DGRHE, os referidos documentos, bem como o respectivo registo biográfico devidamente actualizado.</p> <p>A quem compete a decisão?</p> <p>Ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação.</p> <p>A que data se reportam os efeitos?</p> <ul style="list-style-type: none"> A produção de efeitos da decisão final reporta-se à data do requerimento. A produção de efeitos remuneratórios reporta-se ao dia 1 do mês seguinte à data do requerimento. 	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 312/99, 10.Ago. art. 10.º</p> <p>ECD art. 56.º</p> <p>D.L.255/98 11.Ago.</p> <p>Desp.25156/2002, 26.Nov.</p> <p>CPA art. 80.º</p> <p>Desp. 25156/2002, 26.Nov. n.º 3</p> <p>D.L. 312/99, 10.Ago. art. 10.º</p>
--	---

<p>10. BONIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO NA CARREIRA DOCENTE</p> <p>10.1. AQUISIÇÃO DO GRAU DE MESTRE OU DE DOUTOR – ART. 54.º DO ECD</p> <p>A aquisição do grau de mestre ou de doutor em Ciências da Educação ou em domínio directamente relacionado com o respectivo grupo de docência, por docentes licenciados integrados na carreira, determina a bonificação no tempo de serviço⁵⁰ do docente, respectivamente, de quatro ou seis anos, sem prejuízo da verificação das seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • permanência mínima de um ano de serviço completo no escalão seguinte àquele em que se encontra, no caso de aquisição do grau de mestre; • permanência mínima de um ano de serviço completo no escalão em que se encontra à data da aquisição do grau de doutor. <p>Que cursos são considerados?</p> <p>Cursos realizados nas áreas de formação constantes dos despachos à margem que preencham as condições estabelecidas nos pontos 4 e 4.1 do Desp. 10227/2004.</p> <p>Como requerer a bonificação?</p> <p>A bonificação no tempo de serviço não é automática, pelo que o docente terá que tomar a iniciativa do processo e apresentar na escola em que exerce funções, e na mesma data, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • requerimento dirigido ao director regional de educação (modelo disponível no <i>site</i> das DRE's); • fotocópia autenticada do documento comprovativo da habilitação concluída. <p>O órgão de gestão da escola deverá remeter à direcção regional de educação os referidos documentos, bem como o respectivo registo biográfico.</p> <p>A quem compete a decisão?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao director regional de educação do âmbito geográfico da escola em que o docente exerce funções. <p>Os requerimentos relativos a cursos ainda não reconhecidos são remetidos, oficiosamente, pelas direcções regionais de educação à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, com conhecimento ao interessado da remessa, bem como da eventual necessidade de instrução do processo, para efeitos do reconhecimento do curso.(link para o site da DGRHE-DSFRHE)</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>ECD art. 54.º</p> <p>Desp. 244/ME/96, 31.Dez.</p> <p>Desp. 16750/99, 27.Ago.</p> <p>Desp.10227/04, 25.Mai.</p> <p>n.º 3</p>
--	---

<p>A que data se reportam os efeitos da decisão final?</p> <ul style="list-style-type: none"> • À data do requerimento do interessado, para o caso de decisão ordinária da competência do director regional, com efeitos remuneratórios ao dia 1 do mês seguinte. • À data que for determinada por despacho do Ministro da Educação. <p>10.2. QUALIFICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE OUTRAS FUNÇÕES EDUCATIVAS – ART. 57.º DO ECD</p> <p>Os docentes integrados na carreira com qualificação em formação especializada podem beneficiar de uma bonificação no tempo de serviço⁵¹ de um ano de serviço docente, até ao limite de três anos, para efeitos de progressão na carreira.</p> <p>O exercício efectivo de outras funções educativas, com qualificação em formação especializada, devidamente acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua (CCPFC), durante quatro anos lectivos, seguidos ou interpolados, a partir do ano lectivo de 1997/98, releva para bonificação no tempo de serviço.</p> <p>Quem pode beneficiar?</p> <p>Docentes integrados na carreira e qualificados com curso especializado, curso de estudos superiores especializados, curso de licenciatura, grau de mestre ou de doutor, ou, ainda, outros cursos que confirmam formação especializada, em uma das áreas de formação especializada.</p> <p>Áreas de formação especializada⁵²</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área referenciada no certificado do curso. • Área atribuída pelo CCPFC no processo de acreditação dos cursos de formação especializada. <p>Como requerer a bonificação?</p> <p>A bonificação no tempo de serviço não é automática, pelo que o docente terá que tomar a iniciativa do processo e apresentar na escola onde exerce funções os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • requerimento dirigido ao presidente do órgão de gestão; • comprovativo da formação adquirida e da acreditação, pelo CCPFC, como formação especializada. <p>No caso da bonificação se referir ao presidente do órgão de gestão da escola, o requerimento é apresentado ao respectivo director regional de educação.</p> <p>A quem compete a decisão?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao presidente do órgão de gestão da escola. • Ao director regional de educação do âmbito geográfico da escola em que o docente exerce funções, para o presidente do órgão de gestão da escola. 	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 312/99, 10.Ago. art. 10.º, n.º 2</p> <p>ECD art. 57.º</p> <p>Orientações constantes do Of.Circ.5/2003, 8.Set.- DGRHE Of.Circ.2/2004, 15.Jun.- DGRHE</p> <p>D.L. 95/97, 23.Abr. art. 3.º, n.º 1</p> <p>ECD art. 56.º, n.º 1</p>
---	--

Qual o mínimo de dias de exercício de outras funções educativas em cada ano escolar?

Em cada ano escolar considera-se a obrigatoriedade de cumprir, no mínimo, 180 dias úteis, no período compreendido entre o início e o termo das actividades lectivas, sem prejuízo de serem consideradas as faltas dadas e que relevam para efeitos de progressão na carreira docente, nos termos do art. 37.º do ECD.

A que data se reportam os efeitos da decisão final?

À data do requerimento do interessado, o qual deve ser apresentado após o termo do 4.º ano lectivo de exercício de outras funções educativas.

LEGISLAÇÃO

Desp.Norm.24/2000,
11.Mai.

Desp.Norm.36/2002,
4.Jun.

IV ACESSO À DOCÊNCIA DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA E DO BRASIL	LEGISLAÇÃO
<p>11. RECONHECIMENTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A DOCÊNCIA</p>	
<p>11.1 DIRECTIVA n.º 89/48/CEE</p>	
<p>O acesso à profissão de educador de infância ou de professor dos ensinos básico e secundário em Portugal, por cidadãos titulares de qualificação profissional⁵³ para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário adquirida no espaço económico europeu, inclui os 25 Estados Membros da União Europeia, a Islândia, a Noruega, o Liechtenstein e a Suíça, carece de reconhecimento prévio, mediante requerimento.</p>	<p>Desp.Norm. 48/97, 19.Ago. D.L. 289/91, 10. Ago. D.L. 71/2003, 10. Abr.</p>
<p>Como requerer?</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Requerimento em língua portuguesa dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação (modelo disponível no <i>site</i> da DGRHE). • Documentos a anexar (lista disponível no <i>site</i> da DGRHE). 	<p>Regulamento anexo ao Desp. Norm. 48/97, n.ºs 5, 6 e 7</p>
<p>Que prazos condicionam o reconhecimento?</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • A candidatura deve ser entregue até 31 de Agosto do ano civil anterior à realização do concurso de provimento de professores. • O prazo para a decisão é de 4 meses a contar da data da entrega de todos os documentos necessários. 	<p>n.º 4.1 D.L. 289/91 art. 7.º, n.º 5</p>
<p>O reconhecimento, que não é automático, poderá revestir as seguintes formas:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • reconhecimento de qualificação profissional para educador de infância, professor do 1º ciclo do ensino básico, ou grupo de docência do 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário; • reconhecimento condicionado⁵⁴ a exigências suplementares que compensem diferenças na duração ou no conteúdo das formações em causa. 	<p>art. 9.º Regulamento anexo ao Desp.Norm. 48/97 n.º 14</p>
<p>Caso se verifique que o requerente não possui o domínio perfeito da língua portuguesa exigida para o exercício da profissão deverá prestar prova⁵⁵.</p>	<p>ECD art. 22.º, n.º 6⁵⁶</p>
<p>A quem compete a decisão?</p>	
<p>Reunidas todas as condições gerais, especiais e habilitacionais, será proferido despacho autorizador do Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, após parecer da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular ou da Direcção-Geral de Formação Vocacional, sendo emitido certificado comprovativo, que será remetido ao requerente.</p>	<p>Regulamento anexo ao Desp. Norm. 48/97 n.º 12</p>

<p>11.2 TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E CONSULTA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>O acesso à profissão de educador de infância ou de professor dos ensinos básico e secundário em Portugal, por cidadãos titulares de qualificação profissional⁵⁷ para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário adquirida no Brasil, carece de reconhecimento prévio, mediante requerimento.</p> <p>Aplica-se o disposto relativamente aos cidadãos europeus por força dos art.s 46.º e 47.º do Tratado⁵⁸.</p> <p>Como requerer?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requerimento em língua portuguesa dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação (modelo disponível no site da DGRHE). • Documentos a anexar (lista disponível no <i>site</i> da DGRHE). <p>Que prazos condicionam o reconhecimento?</p> <ul style="list-style-type: none"> • A candidatura deve ser entregue até 31 de Agosto do ano civil anterior à realização do concurso de provimento de professores. • O prazo para a decisão é de 4 meses a contar da data da entrega de todos os documentos necessários. <p>O reconhecimento, que não é automático, poderá revestir as seguintes formas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • reconhecimento de qualificação profissional para educador de infância, professor do 1º ciclo do ensino básico, ou grupo de docência dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário; • reconhecimento condicionado⁵⁹ a exigências suplementares que compensem diferenças na duração ou no conteúdo das formações em causa. <p>Caso se verifique que o requerente não possui o domínio perfeito da língua portuguesa exigida para o exercício da profissão deverá prestar prova⁶⁰.</p> <p>A quem compete a decisão?</p> <p>Reunidas todas as condições gerais, especiais e habilitacionais, será proferido despacho autorizador do Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, após parecer da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular ou da Direcção-Geral de Formação Vocacional, sendo emitido certificado comprovativo que será remetido ao requerente.</p>	<p>LEGISLAÇÃO</p> <p>D.L. 289/91, 10.Ago.</p> <p>Desp.Norm. 48/97, 19.Ago.</p> <p>D.L. 71/2003, 10.Abr.</p> <p>Regulamento anexo ao Desp. Norm. 48/97 n.ºs 5, 6 e 7</p> <p>n.º 4.1</p> <p>D.L. 289/91 art. 7.º, n.º 5</p> <p>art. 9.º</p> <p>Regulamento anexo ao Desp. Norm. 48/97 n.º 14</p> <p>ECD art. 22.º, n.º 6⁶¹</p> <p>Regulamento anexo ao Desp. Norm. 48/97 n.º 12</p>
--	---

NOTAS:

- ¹ Os educadores de infância e os professores do 1º ciclo do ensino básico apenas podem ser dispensados do cumprimento integral da componente lectiva.
- ² Requerimento dirigido ao Director Regional respectivo até 15 de Abril do ano escolar anterior ao que respeita salvo se, por motivos atendíveis, não puder ser respeitado.
- ³ Avós, bisavós, netos e bisnetos do próprio ou do cônjuge; irmãos, cunhados, tios e sobrinhos do próprio e do cônjuge.
- ⁴ Difteria; Escarlatina e outras infecções naso-faríngeas por estreptococo hemolítico do grupo A; Febres tifóide e paratifóide; Hepatite A; Hepatite B; Impétigo; Infecções meningocócicas-meningite e sepsis; Parotidite epidémica; Poliomielite; Rubéola; Sarampo; Tinha; Tosse convulsa; Tuberculose pulmonar; Varicela.
- ⁵ Passado sob compromisso de honra, deve conter o número da cédula do médico, identificar o doente, referir a impossibilidade de comparência ao serviço e indicar a duração previsível da doença.
- ⁶ Sarcoidose. Doença de Hansen. Tumores malignos. Hemopatias graves. Doenças graves e invalidantes do sistema nervoso central e periférico e dos órgãos dos sentidos. Cardiopatias reumáticas crónicas graves. Hipertensão arterial maligna. Cardiopatias isquémicas graves. Coração pulmonar crónico. Cardiomiopatias graves. Acidentes vasculares cerebrais com acentuadas limitações. Vasculopatias periféricas graves. Doença pulmonar crónica obstrutiva grave. Hepatopatias graves. Nefropatias crónicas graves. Doenças difusas do tecido conectivo. Espondilite anquilosante. Artroses graves invalidantes.
- ⁷ O direito a faltar estende-se pelo período em que aquela durar.
- ⁸ O neto vive em comunhão de mesa e habitação; é filho de adolescente com idade inferior a 16 anos; o cônjuge exerce actividade profissional ou se encontra física e psiquicamente impossibilitado de cuidar do neto ou, não vive em comunhão de mesa e habitação com este.
- ⁹ Não determinam perda de quaisquer direitos designadamente, antiguidade e abono de remuneração, incluindo subsídios de carácter permanente sobre os quais incidam descontos para a Caixa Geral de Aposentações e subsídio de refeição.
- ¹⁰ Frequência de cursos destinados a melhorar a situação profissional na docência, conexos com o grupo de docência que lecciona.
- ¹¹ Ao abrigo do Despacho n.º 15630/2005 (2ª série), de 19 de Julho.
- ¹² As Juntas Médicas das direcções regionais de educação são as únicas entidades competentes para avaliar a verificação da situação de risco para o nascituro que para a docente grávida constitua fundamento para dispensa dos seus deveres funcionais no respectivo estabelecimento de educação ou de ensino.
- ¹³ No caso de adopções múltiplas, este período é acrescido de 30 dias por cada adopção além da primeira.
- ¹⁴ Deve apresentar, junto do órgão de gestão da escola, documento do qual conste a decisão conjunta, o período gozado pelo seu cônjuge e, ainda, que o cônjuge informou o respectivo empregador da decisão conjunta.
- ¹⁵ Após o primeiro ano de vida, a continuidade da amamentação deve ser comprovada por atestado médico, sendo cada atestado médico válido por 30 dias.
- ¹⁶ No caso de nascimentos múltiplos, as horas de redução são acrescidas de mais 30 minutos por cada gemelar além do primeiro.
- ¹⁷ O órgão de gestão informará a equipa dos horários das preferências dos docentes, de forma a serem deixados livres os tempos pretendidos, ou neles serem colocadas turmas a retirar respeitando a redução constante da tabela, turmas que serão distribuídas a outros professores enquanto durar a amamentação ou aleitação.
- ¹⁸ Durante o período de licença sabática não é permitido o exercício de quaisquer funções públicas ou privadas remuneradas, excepto quando de carácter esporádico, para realização de conferências, palestras e acções de formação de duração não superior a 30 horas (art. 7.º do RCLS e art. 2.º da Portaria n.º 814/2005, de 13 de Setembro).
- ¹⁹ Período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Agosto do ano seguinte, integrando as férias a que o docente tem direito.
- ²⁰ O pedido de prolongamento da licença sabática por igual período da licença por maternidade é dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação.
- ²¹ Em casos excepcionais, devidamente fundamentados, tendo em conta o mérito científico ou pedagógico dos estudos e trabalhos produzidos no período subsequente ao termo da primeira licença sabática,

- poderá sobre proposta do júri, ser autorizada a concessão de uma segunda licença sabática antes de decorrido o referido prazo.
- ²² Deverá ser consultada a lista das áreas temáticas consideradas prioritárias para a Educação ou Ensino, publicitadas nos *sites* dos serviços intervenientes.
- ²³ Excepto para os bolseiros ao abrigo do n.º 2, do art. 6.º do REB.
- ²⁴ Durante o período de equiparação a bolseiro não é permitido o exercício de quaisquer funções públicas ou privadas remuneradas, excepto quando de carácter esporádico, para realização de conferências, palestras e acções de formação de duração não superior a trinta horas (art. 8.º do REB).
- ²⁵ Implica um desconto de 50% do tempo de Equiparação a Bolseiro nas bonificações previstas no art. 54.º de ECD.
- ²⁶ Pode ser concedida equiparação a bolseiro sem vencimento, a solicitação dos interessados, em qualquer das situações previstas no art. 5.º, desde que observados os requisitos e cumpridos os restantes formalismos do REB.
- ²⁷ No caso de candidatura ao abrigo do art. 20.º do REB, deverá ser dirigido ao Ministro da Educação.
- ²⁸ A avaliação da candidatura terá em conta a consonância do projecto, com as áreas consideradas de relevância para a educação ou o ensino, pelos departamentos pedagógicos cuja lista é publicada anualmente durante o mês de Fevereiro, de acordo com o n.º 3, art.13.º, do REB.
- ²⁹ A apresentação da prova de aceitação num curso não dispensa a prova de matrícula no mesmo, até ao início do ano escolar, sob pena de revogação do despacho de concessão da equiparação.
- ³⁰ Indicando a natureza das funções exercidas, nível e grupo de docência que lecciona, carga horária semanal, período de exercício e respectiva assiduidade.
- ³¹ Inclui os 25 Estados Membros da União Europeia, a Islândia, a Noruega, o Liechtenstein e a Suíça.
- ³² Os interessados cuja habilitação académica e/ou profissional não tenha sido adquirida em Portugal, devem fazer prova de que possuem reconhecimento de habilitação profissional para a docência em Portugal.
- ³³ Do qual conste a natureza das funções exercidas e o número de dias de serviço docente, apurado de acordo com o número de horas semanais legalmente estabelecidas pelo direito nacional do país onde prestou serviço, referenciado à data da conclusão da habilitação com a qual pretende ingressar na carreira docente portuguesa e contabilizado até 31 de Agosto do ano civil anterior à realização do concurso externo de provimento de professores a que pretende candidatar-se.
- Os certificados serão acompanhados de tradução efectuada por tradutor oficial, e autenticada por notário ou funcionário diplomático ou consular portugueses.
- ³⁴ Caso se encontre colocado em estabelecimento de educação/ensino básico ou secundário da rede pública do M.E.
- ³⁵ Os documentos passados após a data da independência dos respectivos Estados, carecem de autenticação consular portuguesa, a fim de produzirem efeitos na ordem jurídica portuguesa.
- No caso de existir documento comprovativo sem a devida autenticação consular portuguesa, ou não existir documento comprovativo, poder-se-á solicitar a respectiva autenticação, ou requerer o documento comprovativo ao país em que o tempo de serviço ocorreu, através da Direcção de Serviços de Vistos e Administração Consular – Ministério dos Negócios Estrangeiros – Largo do Rilvas – 1399-030 LISBOA.
- ³⁶ Donde constem os seguintes requisitos:
- Início e termo de funções (dia, mês e ano);
 - Horário semanal praticado;
 - Assiduidade;
 - Informação sobre acumulação de funções.
- ³⁷ É regulado por regime jurídico próprio: D.L. n.º 35/03, de 27 de Fevereiro e D.L. n.º 20/05, de 19 de Janeiro. Os docentes que transitam por concurso, entre os diversos níveis ou graus de ensino previstos no ECD e entre grupos de docência, mantêm o seu posicionamento na carreira.
- ³⁸ Troca de docentes pertencentes ao mesmo nível e grau de ensino e ao mesmo grupo de docência. Port. 622-A/92, de 30 de Junho.
- ³⁹ Funções que, pela sua especialização, especificidade ou especial relação com o sistema de educação e ensino, requerem qualificações e exigências de formação próprias do pessoal docente.
- ⁴⁰ Exercício condicionado aos contingentes definidos nas portarias que procederam à aprovação dos respectivos quadros de pessoal (dotações).
- ⁴¹ No caso de destacamento por concurso ao abrigo do D.L. n.º 35/2003, de 25 de Fevereiro e alterações, os encargos são suportados pela escola de destino do docente.

- ⁴² Não se considera o tempo de serviço compreendido entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2006 (inclusive), nos termos da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto.
- ⁴³ Destina-se a verificar a adequação profissional do docente às funções a desempenhar e tem a duração de um ano.
- ⁴⁴ Os docentes integrados num quadro não portadores de qualificação profissional para a docência permanecem em situação de pré-carreira até à respectiva aquisição.
- ⁴⁵ É o posicionamento no escalão correspondente àquele que o docente teria se, à data de ingresso na carreira, já fosse portador do grau académico de licenciado.
- ⁴⁶ Não se considera o tempo de serviço compreendido entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2006 (inclusive), nos termos da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto.
- ⁴⁷ Os cursos são considerados nas seguintes áreas de formação especializada: Educação Especial; Administração Escolar; Administração Educacional; Animação Sócio-Cultural; Educação de Adultos; Orientação Educativa; Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores; Gestão e Animação da Formação; Comunicação Educacional e Gestão da Informação; Inspeção da Educação.
- ⁴⁸ Não se considera o tempo de serviço compreendido entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2006 (inclusive), nos termos da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto.
- ⁴⁹ Condições de ingresso: ter habilitação profissional; ser titular do grau de bacharel, ou equivalente legal, para efeitos de prosseguimento de estudos; não ter beneficiado do disposto no art.s 55.º ou 56.º do ECD; ser titular de cinco anos de serviço docente.
- ⁵⁰ Não se considera o tempo de serviço compreendido entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2006 (inclusive), nos termos da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto.
- ⁵¹ Não se considera o tempo de serviço compreendido entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2006 (inclusive), nos termos da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto.
- ⁵² São consideradas as seguintes áreas de formação especializada, nos termos do ECD art. 56.º, n.º 1 e D.L. n.º 95/97, de 23 de Abril, art. 3.º:
- a) Educação Especial
 - b) Administração Escolar
 - c) Administração Educacional
 - d) Animação Sócio-Cultural
 - e) Educação de Adultos
 - f) Orientação Educativa
 - g) Organização e Desenvolvimento Curricular
 - h) Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores
 - i) Gestão e Animação da Formação
 - j) Comunicação Educacional e Gestão da Informação
- ⁵³ Formação que integra uma preparação científica em estudos pós-secundários, com duração de pelo menos 3 anos, ministrado em estabelecimento de ensino superior, e uma preparação pedagógica.
- ⁵⁴ As medidas de compensação poderão revestir a forma de um estágio de adaptação com duração de até 3 anos; ou prova de aptidão da responsabilidade conjunta da DGIDC e da Direcção Regional da área de residência.
- ⁵⁵ Composta de um exame escrito e de um exame oral, nos termos do Regulamento anexo ao Aviso n.º 4993/98 (2.ª Série, de 28 de Março de 1998).
- ⁵⁶ Aos candidatos pode ser exigida prova do domínio perfeito da língua portuguesa a qual é obrigatória quando não tenham nacionalidade portuguesa.
- ⁵⁷ Formação que integra uma preparação científica em estudos pós-secundários, com duração de pelo menos 3 anos, ministrado em estabelecimento de ensino superior, e uma preparação pedagógica.
- ⁵⁸ Aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 28 de Setembro, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 79/2000, de 14 de Dezembro.
- ⁵⁹ As medidas de compensação poderão revestir a forma de um estágio de adaptação com duração de até 3 anos; ou prova de aptidão.
- ⁶⁰ Composta de um exame escrito e de um exame oral.
- ⁶¹ Aos candidatos pode ser exigida prova do domínio perfeito da língua portuguesa a qual é obrigatória quando não tenham nacionalidade portuguesa.

ANEXOS

**REQUERIMENTO PARA REPOSICIONAMENTO NA CARREIRA AO ABRIGO DO ARTIGO 56.º DO
ESTATUTO DA CARREIRA DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA E DOS PROFESSORES DOS
ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (ECD)**

A PREENCHER PELO REQUERENTE

Exmo Senhor Director-Geral

NOME _____

B.I. N.º _____ ARQUIVO DE _____ EMITIDO EM ____/____/____ VÁLIDO ATÉ ____/____/____

RESIDÊNCIA _____

LOCALIDADE _____ COD. POSTAL _____ - _____

J.DE INFÂNCIA / ESCOLA / AGRUPAMENTO _____

_____ Código _____ DRE _____

SITUAÇÃO PROFISSIONAL QE ☐ QZP ☐

NÍVEL DE ENSINO Pré-Escolar ☐ 1.º Ciclo ☐ 2.º Ciclo ☐ 3.º Ciclo/Secundário ☐

GRUPO _____ (código)

SITUAÇÃO HABILITACIONAL

1. Formação de base conferente do grau de bacharelato para prosseguimento de estudos

Curso _____

2. Habilitação adquirida conferente do grau de licenciatura (obrigatório anexar fotocópia da certidão comprovativa)

- ☐ **Complemento de Formação** (alínea b) do art. 3.º do D. L. n.º 255/98, de 11 de Agosto)
- ☐ **Licenciatura**
- ☐ **DESE**

DESIGNAÇÃO _____

DATA DE AQUISIÇÃO ____/____/____

INSTITUIÇÃO _____

REQUER

Reposicionamento na carreira ao abrigo do art. 56.º do ECD, regulamentado pelo Despacho n.º 25 156/2002 (2.ª série), de 7 de Novembro, publicado no D.R. de 26 de Novembro.

ASSINATURA _____

INFORMAÇÃO DA ESCOLA / AGRUPAMENTO / DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

(ANEXAR O REGISTO BIOGRÁFICO DO(A) REQUERENTE)

DATA DE INTEGRAÇÃO QU ☐ QG ☐ QDV ☐ QND ☐ QZPND ☐ ____/____/____

TEMPO DE SERVIÇO À DATA DE INTEGRAÇÃO NO RESPECTIVO QUADRO: ____|____| ANOS ____|____| MESES ____|____| DIAS

ESCALÃO/ÍNDICE À DATA DO REQUERIMENTO: ESCALÃO ____|____| ÍNDICE ____|____|

DATA DE INTEGRAÇÃO NESSE ESCALÃO ____/____/____

TEMPO DE SERVIÇO À DATA DE INGRESSO NESSE ESCALÃO ____|____| ANOS ____|____| MESES ____|____| DIAS

TEMPO DE SERVIÇO ATÉ 29.08.2005 (N.º1 DO ART.1.º LEI N.º 43/2005 DE 29 DE AGOSTO: ____|____| ANOS ____|____| MESES ____|____| DIAS

DATA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO ____/____/____, N.º DE REGISTO DE ENTRADA _____. (ART. 80.º DO C.P.A.)

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO EXECUTIVA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO/AGRUPAMENTO

(nome completo)

ASSINATURA _____

(selo Branco / carimbo a óleo)

DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO

À consideração do Director-Geral

INFORMAÇÃO N.º

/DSGRH/200__, DE ____ / ____ / 200__

☐ **DEFERIR**

☐ **INDEFERIR**

REPOSICIONAMENTO NA CARREIRA: ESCALÃO ____|____| ÍNDICE ____|____| COM EFEITOS REMUNERATÓRIOS A: ____/____/____

A TER
EM
CONTA

1. O docente deverá cumprir o mínimo de um ano de serviço completo no escalão de reposicionamento, contado nos termos do art. 37.º do ECD.
2. A progressão ao escalão ____|____| deverá verificar-se após o cumprimento de ____|____| anos ____|____| meses ____|____| dias, a partir da data do requerimento, sendo respeitado o disposto no art. 9.º do Decreto-Lei n.º 312/99, de 10 de Agosto e no Decreto Regulamentar n.º 11/98, de 15 de Maio.

FUNDAMENTAÇÃO:

☐ Ao abrigo do Despacho n.º 25 156/2002 (2.ª série) de 7 de Novembro, D. R. n.º 273, de 26 de Novembro

☐ Outra _____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO PARA BONIFICAÇÃO DE UM ANO DE SERVIÇO DOCENTE PARA EFEITOS DE PROGRESSÃO NA CARREIRA - APLICAÇÃO DO ART. 57.º DO ECD

Nome _____
BI n.º _____ Arquivo de _____ emitido em ____/____/____

Ano lectivo ____/____/____	Situação profissional: QU <input type="checkbox"/> QG <input type="checkbox"/> QND <input type="checkbox"/> QDV <input type="checkbox"/> QZP <input type="checkbox"/> Área de formação especializada _____ Data de aquisição da formação ⁽¹⁾ ____/____/____ Data de acreditação pelo CCPFC ⁽¹⁾ ____/____/____ Funções/Cargos _____ Total de _____ dias Estabelecimento de educação/ensino _____ Confirmado por _____ _____/____/____ (cargo) (assinatura) e (selo branco/carimbo a óleo)
Ano lectivo ____/____/____	Situação profissional: QU <input type="checkbox"/> QG <input type="checkbox"/> QND <input type="checkbox"/> QDV <input type="checkbox"/> QZP <input type="checkbox"/> Área de formação especializada _____ Data de aquisição da formação ⁽¹⁾ ____/____/____ Data de acreditação pelo CCPFC ⁽¹⁾ ____/____/____ Funções/Cargos _____ Total de _____ dias Estabelecimento de educação/ensino _____ Confirmado por _____ _____/____/____ (cargo) (assinatura) e (selo branco/carimbo a óleo)
Ano lectivo ____/____/____	Situação profissional: QU <input type="checkbox"/> QG <input type="checkbox"/> QND <input type="checkbox"/> QDV <input type="checkbox"/> QZP <input type="checkbox"/> Área de formação especializada _____ Data de aquisição da formação ⁽¹⁾ ____/____/____ Data de acreditação pelo CCPFC ⁽¹⁾ ____/____/____ Funções/Cargos _____ Total de _____ dias Estabelecimento de educação/ensino _____ Confirmado por _____ _____/____/____ (cargo) (assinatura) e (selo branco/carimbo a óleo)
Ano lectivo ____/____/____	Situação profissional: QU <input type="checkbox"/> QG <input type="checkbox"/> QND <input type="checkbox"/> QDV <input type="checkbox"/> QZP <input type="checkbox"/> Área de formação especializada _____ Data de aquisição da formação ⁽¹⁾ ____/____/____ Data de acreditação pelo CCPFC ⁽¹⁾ ____/____/____ Funções/Cargos _____ Total de _____ dias Estabelecimento de educação/ensino _____ Confirmado por _____ _____/____/____ (cargo) (assinatura) e (selo branco/carimbo a óleo)

(1) Conforme fotocópia do(s) elemento(s) comprovativo(s) da formação adquirida e da acreditação pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) como formação especializada.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO PARA BONIFICAÇÃO DE UM ANO DE SERVIÇO DOCENTE PARA EFEITOS DE PROGRESSÃO NA CARREIRA - APLICAÇÃO DO ART. 57.º DO ECD

Requer bonificação de 1 ano de tempo de serviço (art. 57.º do ECD).

Data ____/____/____

(assinatura do requerente)

Ao abrigo do n.º 4 do art. 57.º do ECD

Deferido ☐

Produção de efeitos ____/____/ 200____

Indeferido ☐

(cargo)

Data ____/____/____

(assinatura) e (selo branco/carimbo a óleo)

Após notificação da decisão ao docente requerente, o presente impresso deverá ser anexado ao respectivo registo biográfico.

(1) Conforme fotocópia do(s) elemento(s) comprovativo(s) da formação adquirida e da acreditação pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) como formação especializada.

REQUERIMENTO

(Minuta)

Ex.^{mo} Senhor Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação

(Nome completo) _____, com o BI n.º (se aplicável) _____,
nascido(a) em ____/____/_____, de nacionalidade _____,
residente em _____ Cód.Postal ____ ____
_____ com o n.º de telefone _____ Fax _____ e-mail _____,
titular de diploma(s)/certificado(s)/outro(s) _____,
obtido(s) em ____/____/_____, em _____ (indicar o país) _____,
requer a V. Ex.^a o reconhecimento de qualificação profissional para o exercício da profissão de
(Educador de Infância ou de Professor dos Ensinos Básico e Secundário) _____ em Portugal.

____/____/_____

(Assinatura)

(A remeter para a Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação
Av. 24 de Julho, n.º 142, 1399-024 Lisboa)

Acesso às profissões de educador de infância, ou de professor dos ensinos básico ou secundário (Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil).

1. O processo de candidatura deve ser instruído com:
 - ☒ 1.1. requerimento redigido em língua portuguesa, de onde conste a indicação do nome completo do requerente, sua nacionalidade, data de nascimento, diploma(s), certificado(s) ou outros título(s) possuído(s), Estado que o(s) concedeu, bem como, se for o caso, daquele que o(s) reconheceu, e respectivas datas, endereço postal de contacto e, se existir, domicílio em Portugal;
 - ☒ 1.2. documento oficial de identificação, com menção da nacionalidade;
 - ☒ 1.3. diploma(s), certificado(s) ou outros títulos possuídos e referidos no requerimento ;
 - 1.4. documento(s) emitido(s) pela(s) entidade(s) competente(s) para o efeito, com indicação de:
 - ☒ 1.4.1. disciplinas frequentadas e classificações obtidas;
 - ☒ 1.4.2. disciplinas obrigatórias e das opcionais escolhidas;
 - ☒ 1.4.3. duração e carga horária de cada disciplina;
 - ☒ 1.4.4. unidades de crédito (se aplicável);
 - ☒ 1.4.5. classificações finais obtidas ;
 - ☐ 1.4.6. outros: _____
 - ☒ 1.5. elementos relativos à profissionalização, nomeadamente, certidão de conclusão de profissionalização;
 - ☒ 1.6. prova de idoneidade nos termos do artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n. 139-A/90 (certificado do registo criminal e atestado médico de robustez para o exercício de funções docentes);
 - ☒ 1.7. certificado emitido pela autoridade brasileira, em como o respectivo titular está qualificado profissionalmente a exercer a profissão de educador de infância, ou de professor dos ensinos básico e secundário, em todo o território brasileiro, com indicação do nível de ensino ou escalão de idades para que está habilitado a leccionar;
 - ☒ 1.8. documento, emitido pela autoridade competente do Brasil, indicando a escala de classificação, e o mínimo de aprovação;
 - ☐ 1.9. outros: _____
- ☒ 2. Os documentos atrás referidos, quando cópias, deverão ser autenticadas podendo, no entanto, a sua autenticação ser efectuada nos Serviços, contra apresentação dos documentos originais.

Acesso às profissões de educador de infância, ou de professor dos ensinos básico ou secundário (Despacho Normativo n.º 48/97, de 19/08)

1. O processo de candidatura deve ser instruído com:
- ☒ 1.1. requerimento redigido em língua portuguesa, de onde conste a indicação do nome completo do requerente, sua nacionalidade, data de nascimento, diploma(s), certificado(s) ou outros título(s) possuído(s), Estado que o(s) concedeu, bem como, se for o caso, daquele que o(s) reconheceu, e respectivas datas, endereço postal de contacto e, se existir, domicílio em Portugal;
 - ☒ 1.2. documento oficial de identificação, com menção da nacionalidade;
 - ☒ 1.3. diploma(s), certificado(s) ou outros títulos possuídos e referidos no requerimento ;
 - ☐ 1.4. documento(s) emitido(s) pela(s) entidade(s) competente(s) para o efeito, com indicação de:
 - ☒ 1.4.1. disciplinas frequentadas e classificações obtidas;
 - ☒ 1.4.2. disciplinas obrigatórias e das opcionais escolhidas;
 - ☒ 1.4.3. duração e carga horária de cada disciplina;
 - ☒ 1.4.4. unidades de crédito (se aplicável);
 - ☒ 1.4.5. classificações finais obtidas ;
 - ☐ 1.4.6. outros: _____
 - ☒ 1.5. elementos relativos à profissionalização, nomeadamente, certidão de conclusão de profissionalização;
 - ☒ 1.6. prova de idoneidade nos termos do artigo 22º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n. 139-A/90 (certificado do registo criminal e atestado médico de robustez para o exercício de funções docentes);
 - ☒ 1.7. certificado emitido pela autoridade competente do Estado-membro onde foi obtida a formação necessária, em como o respectivo titular está qualificado profissionalmente a exercer a profissão de educador de infância, ou de professor dos ensinos básico e secundário, nos termos da Directiva n.º 89/48/CEE, de 21/12/1988, com indicação do nível de ensino ou escalão de idades para que está habilitado a leccionar;
 - ☒ 1.8. documento, emitido pela autoridade competente do Estado membro onde foi obtida a formação, indicando a escala de classificação, e o mínimo de aprovação;
 - ☒ 1.9. tradução oficial, ou autenticada por funcionário diplomático ou consular, dos documentos anteriormente referidos.
 - ☐ 1.10. outros: _____
- ☒ 2. Os documentos atrás referidos, quando cópias, deverão ser autenticadas podendo, no entanto, a sua autenticação ser efectuada nos Serviços, contra apresentação dos documentos originais.